



BARÓMETRO

CENTRO DE PORTUGAL

JUNHO
2022



comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro



ÍNDICE

Apresentação	3
Síntese	4
Indicador global de avaliação	6
Fichas de análise	9
Crescimento e Competividade	10
Potencial Humano	34
Qualidade de Vida	47
Coesão	55
Sustentabilidade Ambiental e Energética	63

FICHA TÉCNICA

Editor:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico: Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de edição: Julho de 2022

Nota: A configuração territorial da Região Centro, em que a região integra 100 municípios, é a definida no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

www.ccdrc.pt



DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

A informação deste barómetro encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>

Apresentação

O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com a estratégia definida no Plano de Ação Regional para o período 2014-2020. Incorpora cinco dimensões de análise consideradas relevantes:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver.

Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.

Para além desta perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal terá ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional. Deste modo, é calculado um indicador global de avaliação da Região Centro que permite uma leitura sintética e imediata do seu comportamento relativo face às restantes regiões portuguesas. Os resultados do indicador global encontram-se desagregados pelas cinco dimensões de análise. A sua atualização é feita anualmente.

A lista das fichas de análise agrupadas por dimensões e respetivas subdimensões é então a seguinte:

Crescimento e Competitividade

Internacionalização

1. Exportações de bens **ATUALIZADA**
2. Investimento direto estrangeiro

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

3. Investimento em Investigação e Desenvolvimento
4. Regional Innovation Scoreboard
5. Doutorados

Dinâmica Empresarial

6. Empresas gazela **ATUALIZADA**
7. Criação líquida de empresas

Criação de Valor e Produtividade

8. Produto Interno Bruto
9. Produtividade do trabalho

Potencial Humano

Educação e Formação

10. Abandono escolar precoce
11. População jovem com formação superior
12. Resultados de exames nacionais

Formação de Ativos

13. Formação ao longo da vida

População e Emprego

14. População residente **ATUALIZADA**
15. Taxa de desemprego
16. Taxa de desemprego jovem

Qualidade de Vida

17. Satisfação dos residentes
18. Produto Interno Bruto por habitante

Coesão

Coesão Social

19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
20. Distribuição do rendimento

Coesão Territorial

21. Dispersão da variação populacional **ATUALIZADA**
22. Dispersão do rendimento familiar

Sustentabilidade Ambiental e Energética

23. Energias renováveis
24. Emissão de gases com efeito estufa
25. Eficiência energética **ATUALIZADA**

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

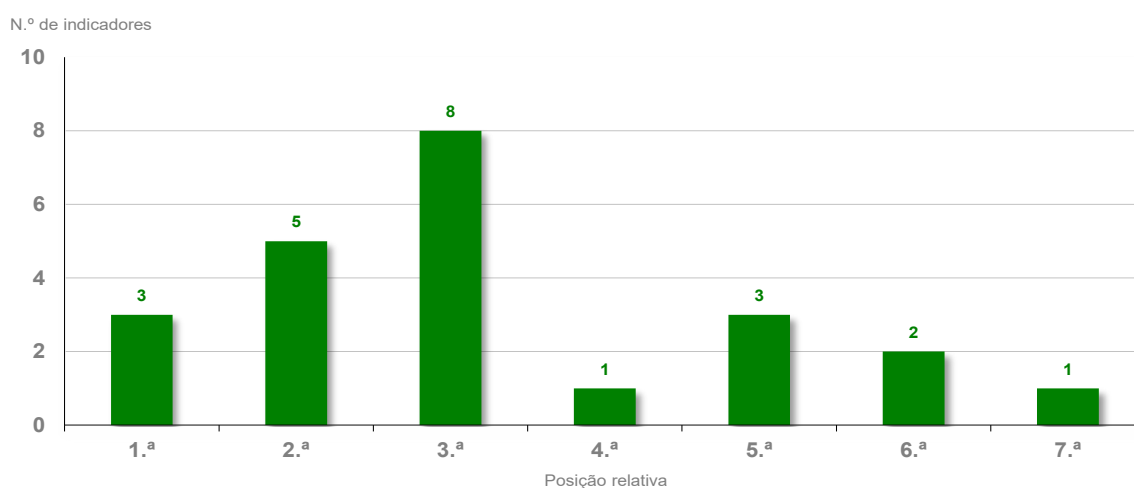


DIMENSÕES DO INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO



junho de 2022

POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (NÚMERO DE INDICADORES EM CADA POSIÇÃO RELATIVA)



Nota: Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente “crescimento do investimento direto estrangeiro” e “indicador de satisfação dos residentes”.



BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO



Indicador global de avaliação

dezembro de 2021

Indicador global de avaliação e suas dimensões

	Indicador global	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
2021	4,55	4,37	5,13	2,60	4,73	4,99
2020	4,68	3,81	5,73	2,57	5,98	4,87
2019	5,10	4,69	5,94	2,57	6,07	5,07
2018	4,52	3,46	5,83	2,12	5,73	5,03
2017	4,90	4,47	5,79	2,16	5,74	5,09
2016	4,75	4,04	5,67	2,59	5,81	5,10
2015	5,00	4,46	5,83	2,64	6,06	5,12
2014	4,67	3,96	5,14	2,68	6,32	5,28
2013	4,78	4,22	5,04	3,93	6,18	4,84
2012	5,09	4,66	5,75	4,05	6,17	4,33
2011	4,52	3,44	5,31	4,04	5,90	4,75

Pontuação dos indicadores que integram o indicador global de avaliação da Região Centro e respetivas ponderações do Conselho Regional

Indicadores	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Ponderações
Exportações de bens no PIB	5,6	5,6	5,6	5,4	6,0	5,6	5,6	5,7	5,7	8,7
Crescimento do IDE	1,0	1,0	7,0	1,0	4,0	1,0	7,0	1,0	1,0	9,2
Investimento em I&D no PIB	5,6	5,5	5,8	5,4	5,5	5,8	5,2	5,2	4,5	8,4
Regional Innovation Scoreboard	5,5	6,4	6,4	6,5	6,5	5,4	5,0	5,0	6,0	7,4
Doutorados por 1.000 habitantes	4,8	4,4	4,7	4,6	5,2	5,2	5,3	4,8	4,2	6,6
Empresas gazela	3,9	1,0	1,9	1,3	2,1	3,0	1,0	1,0	5,9	7,0
Criação líquida de sociedades	4,5	2,3	3,1	4,2	4,9	4,3	4,1	4,9	5,5	7,7
Crescimento real do PIB	7,0	6,1	5,2	1,6	4,7	5,3	5,0	7,0	5,1	8,4
Produtividade do trabalho	1,9	2,0	1,9	1,7	1,5	1,3	1,3	1,2	1,0	8,4
Abandono escolar precoce	7,0	7,0	6,9	7,0	6,9	6,4	7,0	7,0	7,0	7,6
População jovem com formação superior	1,0	5,0	6,3	6,0	5,1	3,3	4,4	3,9	3,4	7,8
Resultados de exames nacionais	4,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9
Aprendizagem ao longo da vida	5,1	5,1	5,6	4,3	4,7	3,8	4,7	5,1	5,1	7,6
Variação da população	7,0	2,4	2,1	2,4	2,6	5,0	3,5	1,0	1,1	7,8
Taxa de desemprego	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	8,8
Taxa de desemprego jovem	4,6	6,5	6,7	7,0	7,0	7,0	5,3	5,0	4,9	9,1
Indicador de satisfação dos residentes	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	7,0	8,1
PIB por habitante	1,3	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,4	1,5	1,1	8,6
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes	7,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2
Rendimento total (coeficiente de Gini)	1,0	6,9	7,0	7,0	7,0	6,1	6,1	6,1	6,1	7,0
Variação populacional (desvio padrão)	4,9	3,9	4,2	3,1	3,1	4,3	5,1	6,2	5,8	6,8
Rendimento familiar (coeficiente de variação)	6,3	6,2	6,2	5,9	5,9	5,9	6,1	6,1	5,9	6,8
Energias renováveis no consumo de energia elétrica	5,1	4,7	5,0	4,8	4,8	4,8	4,8	6,0	5,1	7,4
Emissão de gases com efeito estufa no VAB	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	6,8
Consumo de energia primária no PIB	4,6	4,7	5,0	5,0	5,2	5,2	5,3	4,5	4,2	7,5

Posições relativas das regiões NUTS II no indicador global de avaliação, por dimensões

	Indicador global*	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
Norte	2 ^a	2 ^a	3 ^a	7 ^a	2 ^a	1 ^a
CENTRO	3^a	3^a	2^a	5^a	6^a	5^a
AM Lisboa	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	3 ^a	6 ^a
Alentejo	4 ^a	4 ^a	4 ^a	3 ^a	1 ^a	7 ^a
Algarve	5 ^a	5 ^a	6 ^a	2 ^a	4 ^a	3 ^a
Açores	6 ^a	6 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	2 ^a
Madeira	7 ^a	7 ^a	7 ^a	4 ^a	5 ^a	4 ^a

*Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicador global de avaliação

Nota Metodológica

O Indicador Global de Avaliação da Região Centro foi calculado com base na matriz dos 25 indicadores que integram o Barómetro. Para além deste índice sintético, são também disponibilizados valores agregados para cada uma das suas cinco dimensões: crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabilidade ambiental e energética.

O cálculo destes seis indicadores sintéticos (indicador global de avaliação e cinco indicadores por dimensão) partiu da atribuição de pontuações ao posicionamento que a Região Centro assumia face às restantes regiões do país. A cada um dos indicadores do barómetro foi atribuída uma pontuação de 1 a 7 por interpolação linear considerando os valores máximo e mínimo registados pelas regiões NUTS II por indicador: 7 no caso da região ser a melhor, 1 no caso da região ter o pior desempenho, sendo as posições intermédias as que resultam desta interpolação. No caso de dois indicadores específicos ("crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes"), em que apenas se possuía informação para a Região Centro e Portugal, foi calculado o valor da região em percentagem da média nacional e seguidamente convertido numa pontuação também de 1 a 7:

Região Centro como % da média nacional	< 80%	80% - 90%	90% - 100%	100%	100% - 110%	110% - 120%	>120%
Pontuação	1	2	3	3,5	4	5,5	7

Posteriormente, as pontuações de todos os indicadores foram ponderadas pela importância que o Conselho Regional atribuiu a cada um deles, obtendo-se um índice global que permite avaliar o desempenho da região. Este procedimento foi replicado para cada uma das cinco dimensões do barómetro.

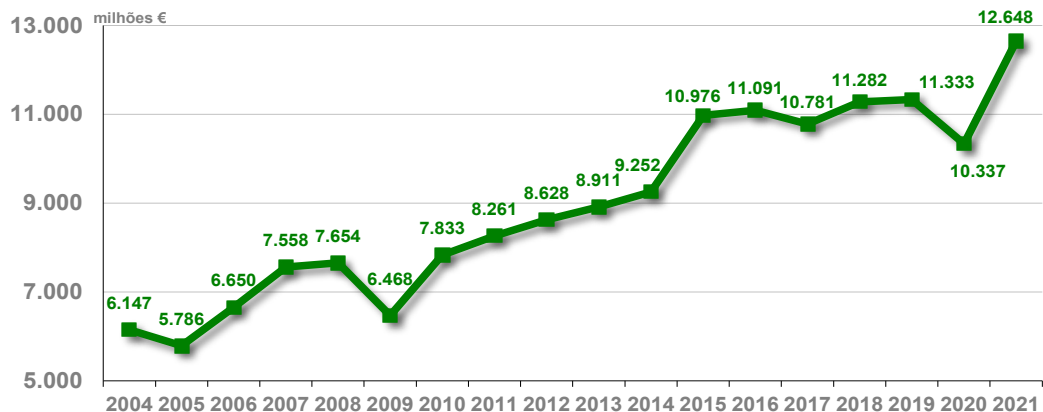


BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

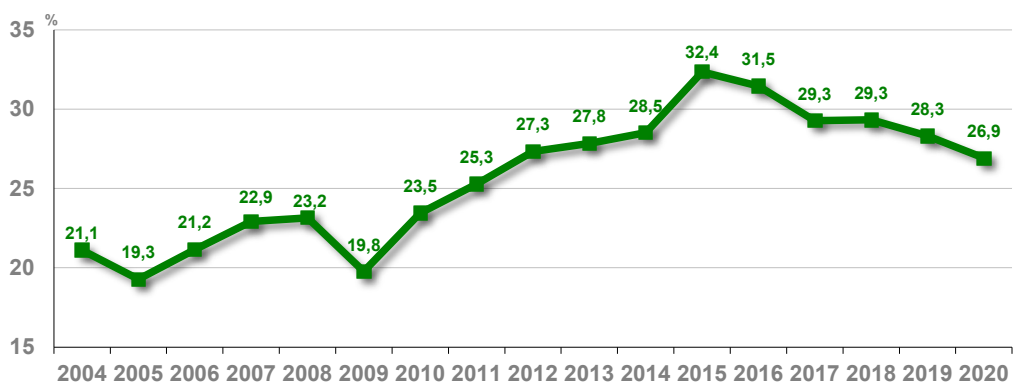
FICHAS DE ANÁLISE



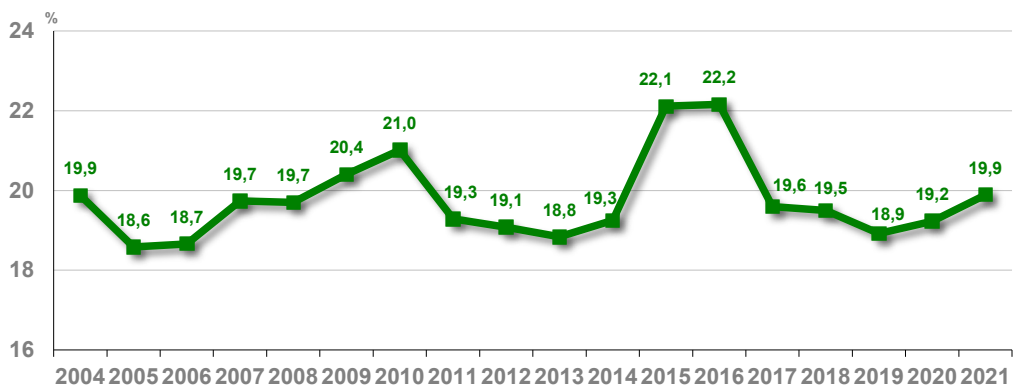
Exportações de bens na Região Centro entre 2004 e 2021



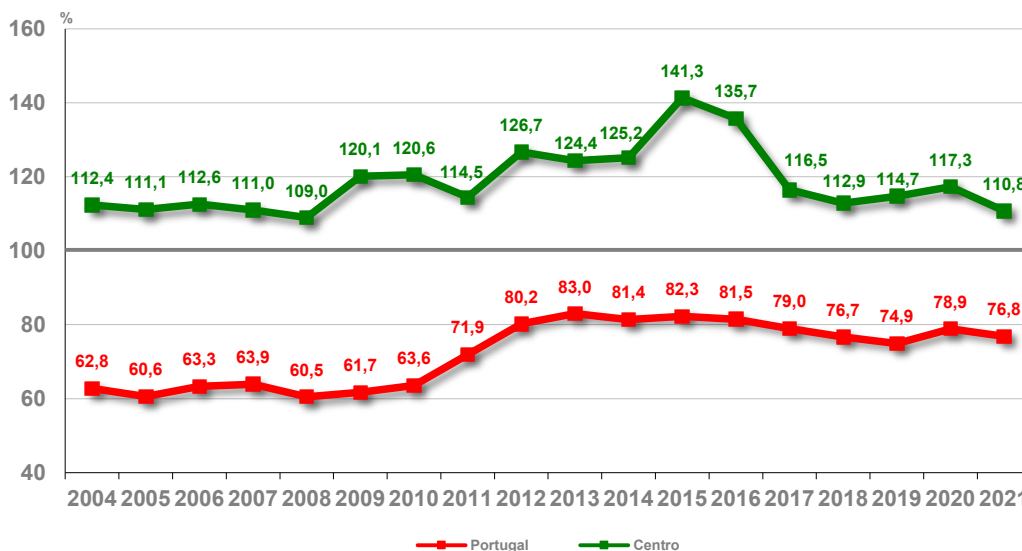
Peso das exportações de bens no PIB na Região Centro entre 2004 e 2020



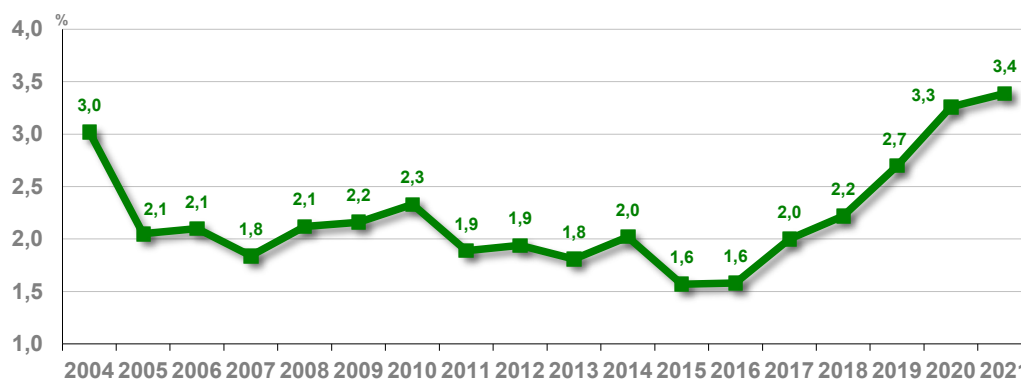
Peso das exportações de bens da Região Centro no total nacional entre 2004 e 2021



Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens entre 2004 e 2021



Proporção de bens de alta tecnologia em exportações na Região Centro entre 2004 e 2021



Posicionamento da Região Centro

	Exportações de bens, 2021 (milhões €)	Peso das exportações de bens no PIB, 2020 (%)	Peso das exportações de bens no total nacional, 2021 (%)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, 2021 (%)	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações, 2021 (%)
Portugal	63.580	26,9	100,0	76,8	4,7
Norte	23.287	34,1	36,6	116,7	4,6
CENTRO	12.648	26,9	19,9	110,8	3,4
AM Lisboa	18.708	22,6	29,4	48,8	5,1
Alentejo	4.741	28,2	7,5	141,1	1,5
Algarve	252	2,4	0,4	67,7	4,9
Açores	131	2,5	0,2	92,8	0,5
Madeira	264	6,0	0,4	132,0	7,8

Em 2021, as exportações de bens da Região Centro cifravam-se em 12,6 mil milhões de euros, valor que superou os níveis pré-pandemia e cresceu 22,3% face a 2020. Depois de, em 2019, atingirem um máximo de 11,3 mil milhões de euros, as exportações de bens recuaram para os 10,3 mil milhões de euros em 2020, primeiro ano da pandemia por COVID-19, conseguindo recuperar ao longo de 2021 e superando até os valores pré-pandemia. As exportações regionais de bens representavam 19,9% do total do país, tendo o Centro aumentado a sua importância no computo nacional. Na região, as exportações de bens continuaram a superar as importações, mas a taxa de cobertura diminuiu para os 110,8%, menos 6,6 pontos percentuais do que no ano anterior e o valor mais baixo desde 2009. A taxa de cobertura nacional foi de 76,8%, tendo-se acentuado o predomínio das importações de bens. Em 2021, a importância das exportações de bens de alta tecnologia da Região Centro voltou a aumentar, atingindo os 3,4%. Este valor aproximou-se da média nacional (que diminuiu para os 4,7%) e foi o mais elevado desde 2004.

Fonte: INE (exportações/importações - dados anuais definitivos de 2004 a 2020 e preliminares de 2021, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2022; PIB - dados anuais definitivos de 2000 a 2019 e provisórios de 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021).

Notas:

- 1) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador.
- 2) O valor de Portugal das exportações de bens inclui a componente "Extra-Região".

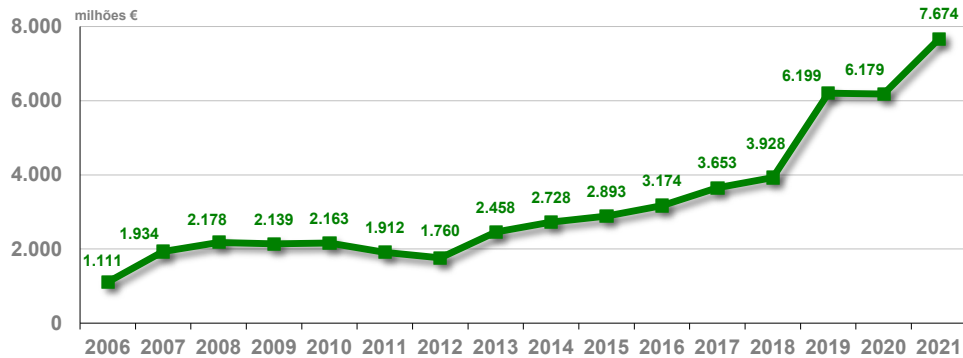
Peso das exportações no PIB = Exportações de bens/PIB x 100

Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens/Importações de bens x 100

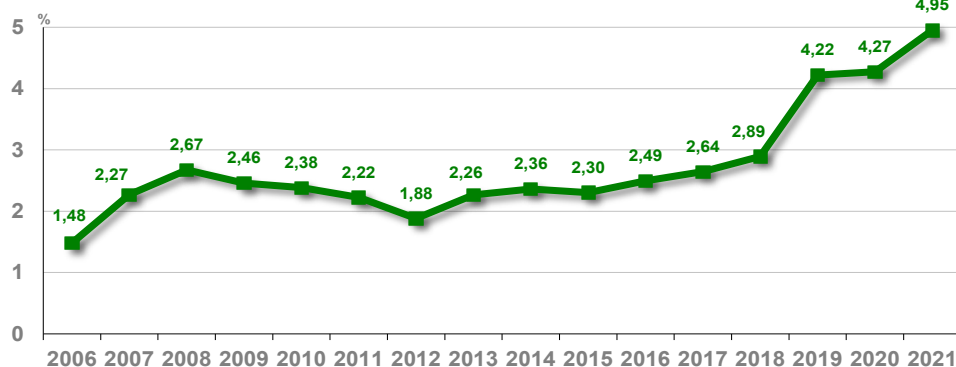
Proporção de bens de alta tecnologia em exportações = Exportações de bens de alta tecnologia/Total de exportações de bens x 100

PIB – Produto Interno Bruto

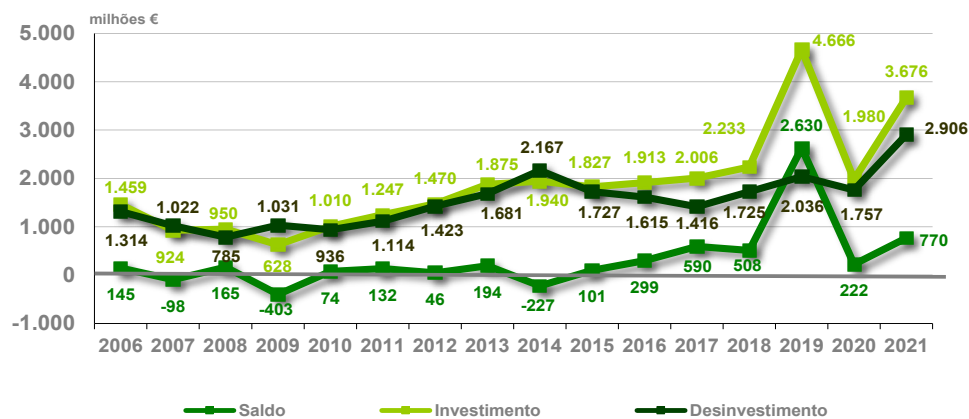
Investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro entre 2006 e 2021 (posições no fim de período)



Peso do IDE da Região Centro no total nacional entre 2006 e 2021 (posições no fim de período)



Investimento direto estrangeiro na Região Centro entre 2006 e 2021 (transações)



Posições de IDE em fim de período

	Região Centro			Portugal	
	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)	Peso no total nacional (%)	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)
2021	7.674	24,19	4,95	154.981	7,19
2020	6.179	-0,33	4,27	144.584	-1,64
2019	6.199	57,81	4,22	146.993	8,24
2018	3.928	7,55	2,89	135.806	-1,70
2017	3.653	15,07	2,64	138.152	8,56
2016	3.174	9,75	2,49	127.260	1,39
2015	2.893	6,04	2,30	125.515	8,80
2014	2.728	10,99	2,36	115.366	6,32
2013	2.458	39,67	2,26	108.512	16,12
2012	1.760	-7,98	1,88	93.451	8,65
2011	1.912	-11,61	2,22	86.013	-5,20
2010	2.163	1,15	2,38	90.734	4,23
2009	2.139	-1,81	2,46	87.049	6,74
2008	2.178	12,64	2,67	81.555	-4,34
2007	1.934	74,10	2,27	85.256	13,54
2006	1.111	-	1,48	75.088	-

Transações de IDE

	Região Centro			Portugal			% total nacional		
	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento
	milhões €			milhões €					
2021	770	3.676	2.906	6.781	42.961	36.181	11,4	8,6	8,0
2020	222	1.980	1.757	6.791	49.301	42.510	3,3	4,0	4,1
2019	2.630	4.666	2.036	11.041	56.015	44.973	23,8	8,3	4,5
2018	508	2.233	1.725	6.025	38.287	32.262	8,4	5,8	5,3
2017	590	2.006	1.416	6.862	36.551	29.688	8,6	5,5	4,8
2016	299	1.913	1.615	4.577	36.099	31.522	6,5	5,3	5,1
2015	101	1.827	1.727	6.877	48.604	41.727	1,5	3,8	4,1
2014	-227	1.940	2.167	3.686	51.342	47.655	-6,2	3,8	4,5
2013	194	1.875	1.681	6.360	41.906	35.546	3,0	4,5	4,7
2012	46	1.470	1.423	6.404	47.814	41.410	0,7	3,1	3,4
2011	132	1.247	1.114	5.343	39.004	33.660	2,5	3,2	3,3
2010	74	1.010	936	2.199	44.240	42.042	3,4	2,3	2,2
2009	-403	628	1.031	1.160	29.947	28.787	-34,8	2,1	3,6
2008	165	950	785	2.423	29.340	26.916	6,8	3,2	2,9
2007	-98	924	1.022	2.048	26.005	23.957	-4,8	3,6	4,3
2006	145	1.459	1.314	8.583	32.980	24.396	1,7	4,4	5,4

Em 2021, a posição de IDE na Região Centro aumentou significativamente, tendo atingido um novo máximo de 7,7 mil milhões de euros. Este valor corresponde a 4,95% do IDE recebido pela economia nacional, o peso mais elevado de sempre. Desde 2012 que se tem verificado um crescimento sustentado da posição de IDE na Região Centro, sendo de assinalar os expressivos aumentos registados em 2019 (57,8%) e em 2021 (24,2%).

As transações de IDE na região em cada ano (que têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro) apresentaram um comportamento oscilatório desde 2012. O valor máximo líquido de IDE captado pela região ocorreu em 2019 (2,6 mil milhões de euros), tendo os desempenhos recentes sido positivos. Em 2021, o fluxo líquido de IDE na Região Centro foi de 770 milhões de euros, representando 11,4% do saldo nacional, traduzindo uma dinâmica regional de captação líquida de investimento estrangeiro muito interessante.

Fonte: Banco de Portugal (dados anuais não publicados recebidos pela CCDRC; informação disponível a 11 de maio de 2022).

Notas:

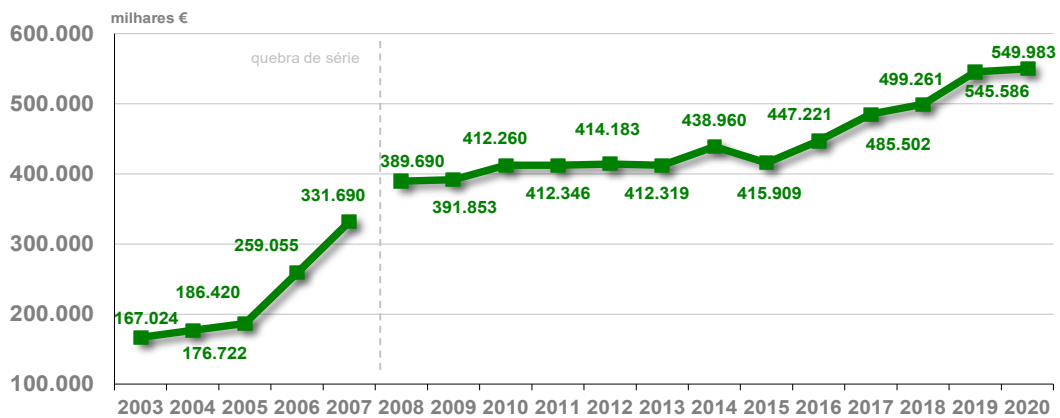
- 1) A afetação geográfica é efetuada com base na morada fiscal da sede da empresa, pelo que, dependendo da forma como o grupo está organizado, a afetação do IDE pode não identificar a região na qual o investimento é efetivamente realizado.
- 2) A variação das posições em fim de período resulta das transações do período e de outros ajustamentos (cambiais, de preço e outros).
- 3) Os dados de 2019 e 2020 foram revistos no âmbito da política de revisões do Banco de Portugal.

Posições em fim de período: As posições de IDE em fim de período referem-se ao investimento acumulado no final de cada ano.

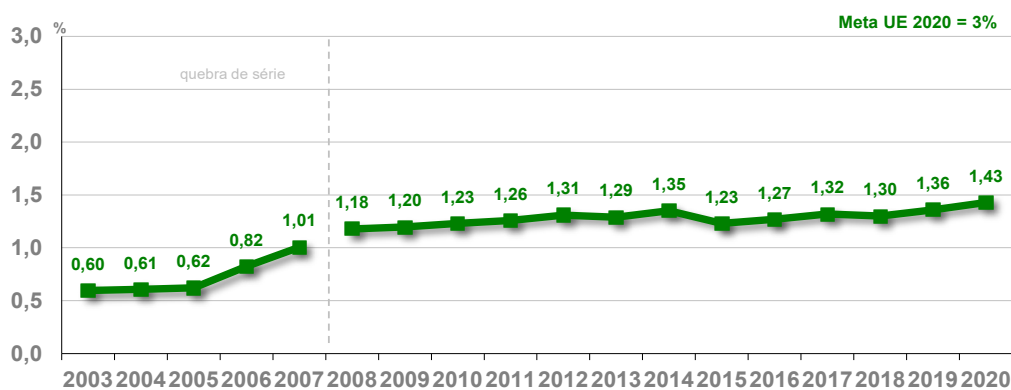
Transações: As transações referem-se ao investimento líquido, ou seja, têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro ao longo do ano.

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

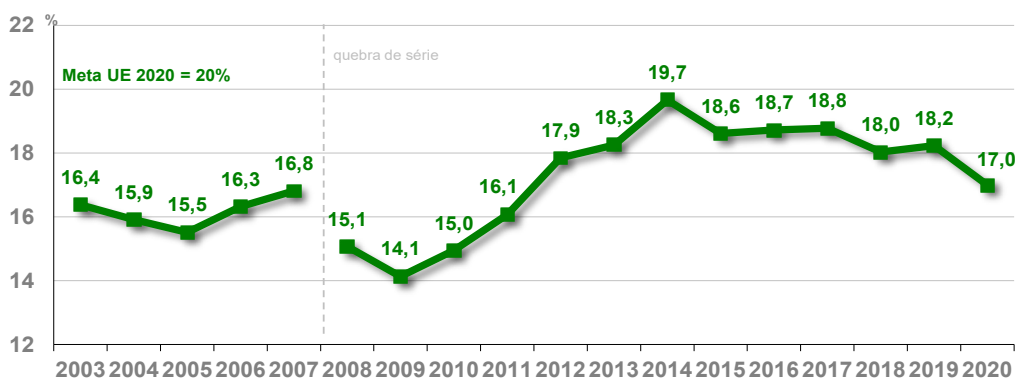
Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro entre 2003 e 2020



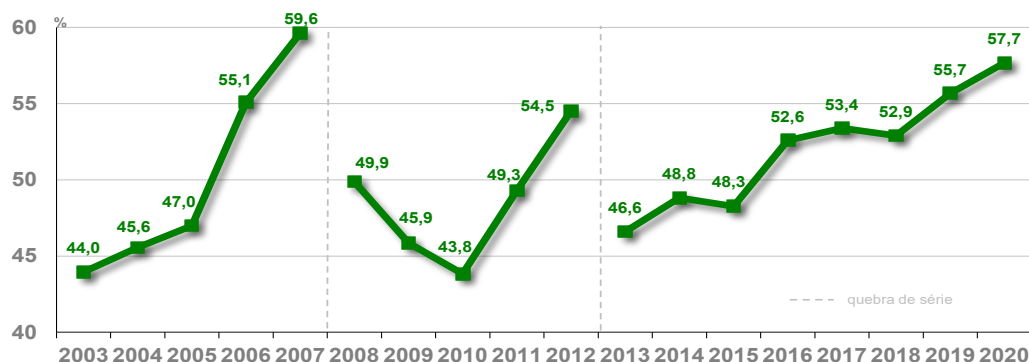
Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2020



Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional entre 2003 e 2020



Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região Centro entre 2003 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2020 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2020 (%)	Peso do investimento em I&D no total nacional, 2020 (%)	Proporção do investimento em I&D do setor privado, 2020 (%)
Portugal	3.236.212	1,62	100,0	59,0
Norte	1.098.016	1,82	33,9	60,8
CENTRO	549.983	1,43	17,0	57,7
AM Lisboa	1.398.045	1,96	43,2	58,9
Alentejo	110.275	0,89	3,4	66,9
Algarve	42.747	0,49	1,3	34,4
Açores	14.204	0,34	0,4	20,6
Madeira	22.941	0,51	0,7	45,1

Em 2020, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era aproximadamente de 550 milhões de euros, traduzindo um ligeiro acréscimo face a 2019. Este valor regional representava 17,0% do total da despesa em I&D do país, tendo o Centro diminuído a sua importância na hierarquia nacional e observado o peso mais reduzido desde 2012. Já a proporção de despesa regional de I&D no produto interno bruto (PIB) aumentou na região para 1,43%, o valor mais expressivo desde o início da série. No entanto, permaneceu inferior à média do país (1,62%) e ainda muito aquém da meta de 3% estabelecida pela União Europeia para ser atingida em 2020. A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado, em 2020, aumentou para os 57,7% (mais 2,0 pontos percentuais do que no ano anterior), mas foi inferior à média nacional de 59,0%.

Fonte: INE (I&D - dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2022; PIB – dados anuais definitivos de 2003 a 2019 e provisórios de 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021).

Notas:

- 1) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.
- 2) Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior (REBIDES), passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D.
- 3) Quando se analisa a despesa em I&D por setor de execução, há que considerar que em 2013 ocorreu uma nova quebra de série devido à reclassificação setorial de algumas Instituições Privadas sem fins Lucrativos no setor do Ensino Superior.

Peso do investimento em I&D no PIB = Despesa em I&D/PIB x 100

Proporção do investimento em I&D do setor privado = Despesa em I&D executada pelas empresas e pelas instituições privadas sem fins lucrativos/Despesa em I&D total x 100

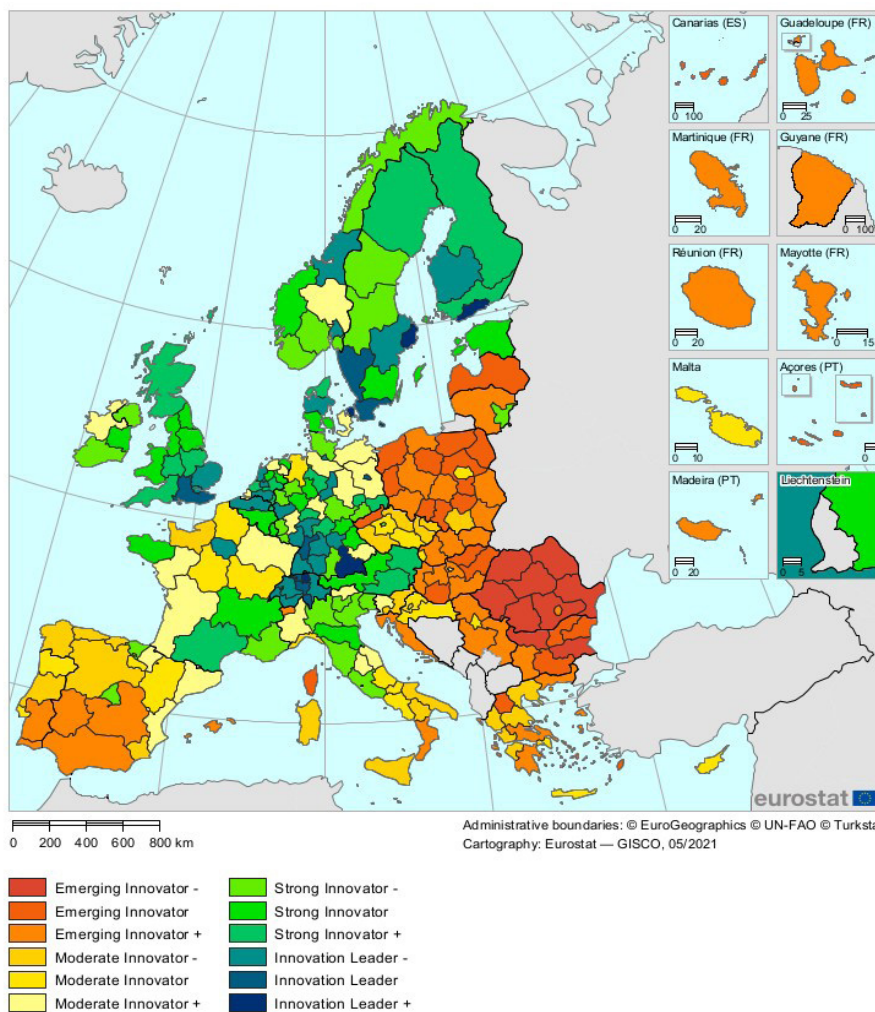
I&D – Investigação e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

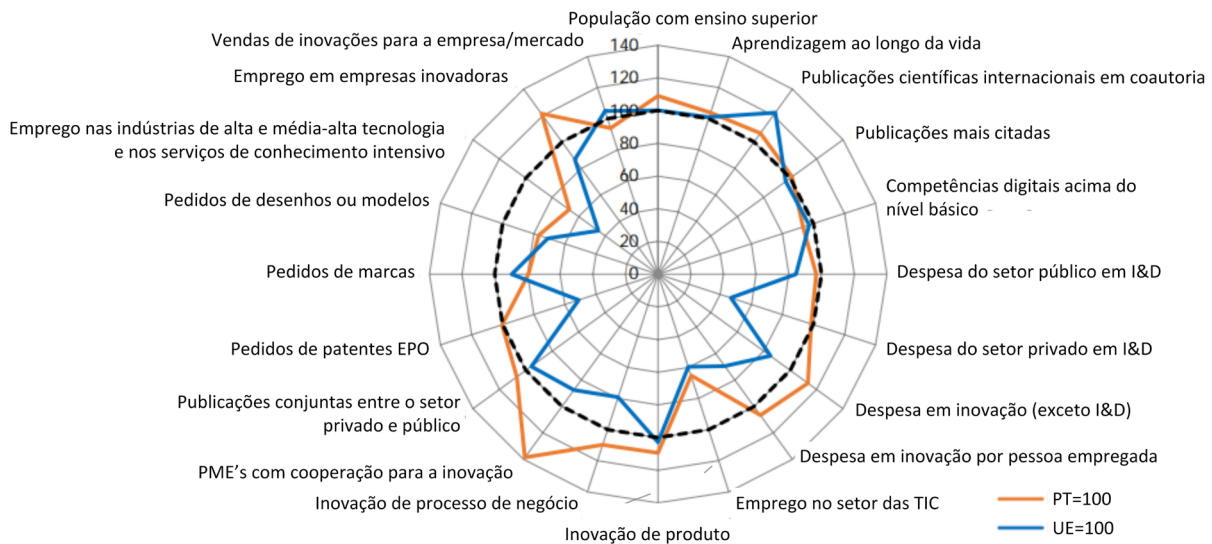
Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2021 em Portugal

Regional Innovation Scoreboard 2021			
	Categoria	% média europeia	Posição (240 regiões)
Portugal	Inovador moderado	-	-
Norte	Inovador moderado	80,3	151
CENTRO	Inovador moderado -	78,8	157
AM Lisboa	Inovador moderado	89,7	131
Alentejo	Inovador emergente +	66,7	180
Algarve	Inovador emergente +	57,6	193
Açores	Inovador emergente	46,0	223
Madeira	Inovador emergente +	53,6	204

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2021 na União Europeia



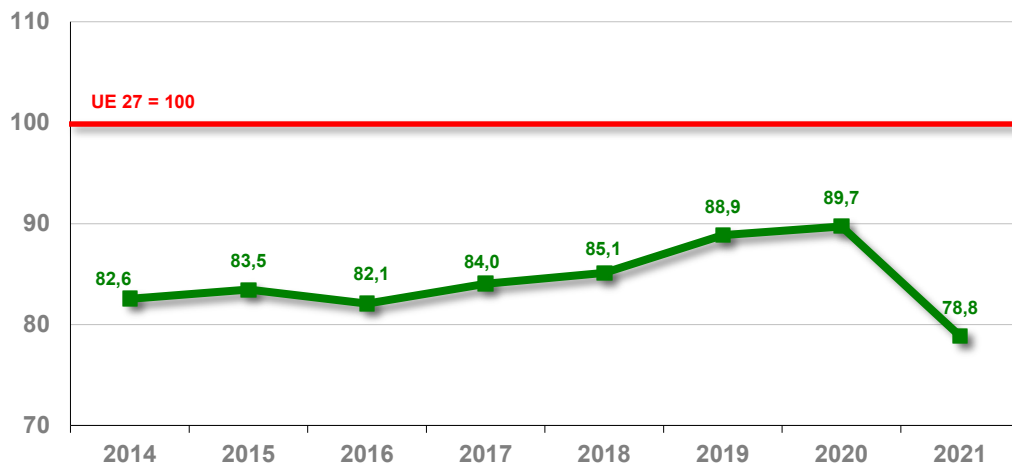
Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do Regional Innovation Scoreboard 2021



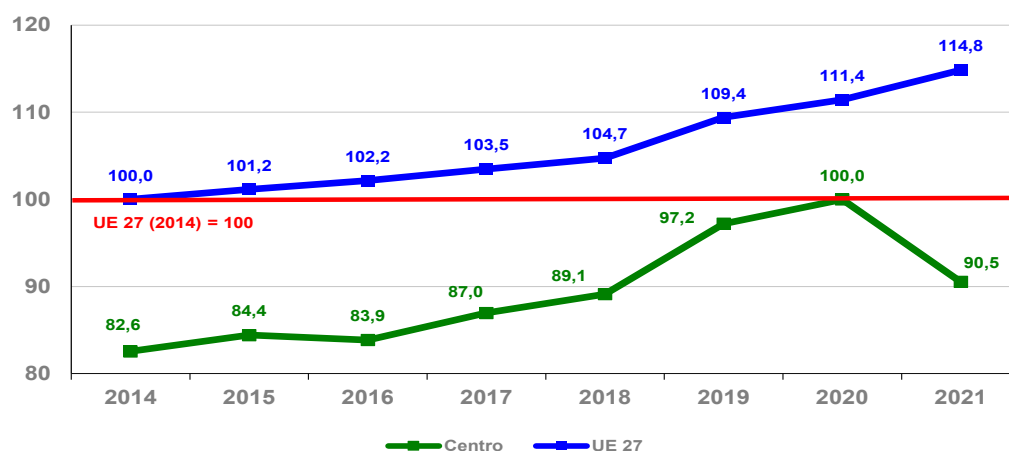
(gráfico traduzido a partir do documento anexo ao relatório principal "Perfis regionais – Portugal")

Nota: No Regional Innovation Scoreboard 2021 foi ainda considerado o indicador «emissões atmosféricas de partículas finas» (cujos valores para a Região Centro são 108 e 164 na comparação com a média nacional e europeia, respetivamente).

Desempenho da Região Centro face à média da União Europeia no Regional Innovation Scoreboard entre 2014 e 2021



Desempenho da Região Centro e da União Europeia face à média europeia em 2014 no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2014 e 2021



Na edição de 2021 do *Regional Innovation Scoreboard*, a Região Centro foi classificada como inovadora moderada (terceiro grupo de desempenho em matéria de inovação), sendo que dentro deste foi considerada inovadora moderada - (o que significa que pertence ao terço inferior desta categoria). O Centro piorou o seu desempenho (na edição anterior tinha sido classificada como forte inovadora -), igualando agora a classificação do País e posicionando-se bastante abaixo da média da União Europeia em 2021 (78,8%). No total das 240 regiões europeias localizou-se na 157.^a posição e, no grupo das 68 regiões inovadoras moderadas, encontrava-se na 52.^a posição. Todas as regiões portuguesas pioraram o seu desempenho face à média europeia nesta edição do estudo, recuando nos respetivos grupos de desempenho. Para o posicionamento do Centro contribuiu, por um lado, o seu bom desempenho relativo em variáveis como as emissões atmosféricas de partículas finas, as publicações científicas internacionais em coautoria, a proporção de PME's com inovação de produto ou as vendas de inovações para a empresa/mercado (em que a região se posicionou acima da média europeia) e, por outro lado, o seu desempenho relativo menos favorável em termos de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e nos serviços de conhecimento intensivo, de despesa do setor privado em I&D ou de pedidos de patentes (variáveis em que a região assumia valores abaixo de 50% da média europeia).

Tendo por referência os níveis médios europeus de inovação em 2014 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verificou-se que o desempenho da Região Centro melhorou desde 2014 até 2020, tendo piorado bastante em 2021, o que poderá ser justificado pela pior performance relativa da região nos indicadores referentes à propriedade industrial e à inovação empresarial. Este comportamento regional também se verificou quando se considera o nível médio europeu de inovação em cada ano.

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard* 2021 (dados extraídos da publicação e da respetiva base de dados).

Notas:

1) O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um indicador produzido pela Comissão Europeia que permite uma comparação do desempenho dos sistemas de inovação das várias regiões europeias. Estes dados abrangem 240 regiões de 22 estados-membros da União Europeia, bem como da Noruega, da Sérvia, da Suíça e do Reino Unido, classificando-as em quatro grupos: líderes da inovação regional ("*innovation leader*"; desempenho regional acima de 125% da média europeia), fortes inovadores regionais ("*strong innovator*"; desempenho regional entre 100% e 125% da média europeia), inovadores moderados ("*moderate innovator*"; desempenho regional entre 70% e 100% da média europeia) e inovadores emergentes ("*emerging innovator*"; desempenho regional abaixo de 70% da média europeia). O RIS 2021 divide ainda cada um destes grupos de desempenho em três subgrupos, de modo a permitir maior diversidade regional: as regiões posicionadas no terço superior (assinaladas com um "+"), no terço médio e no terço inferior (assinaladas com um "-"). As regiões mais inovadoras serão líderes + e as menos inovadoras serão emergentes -.

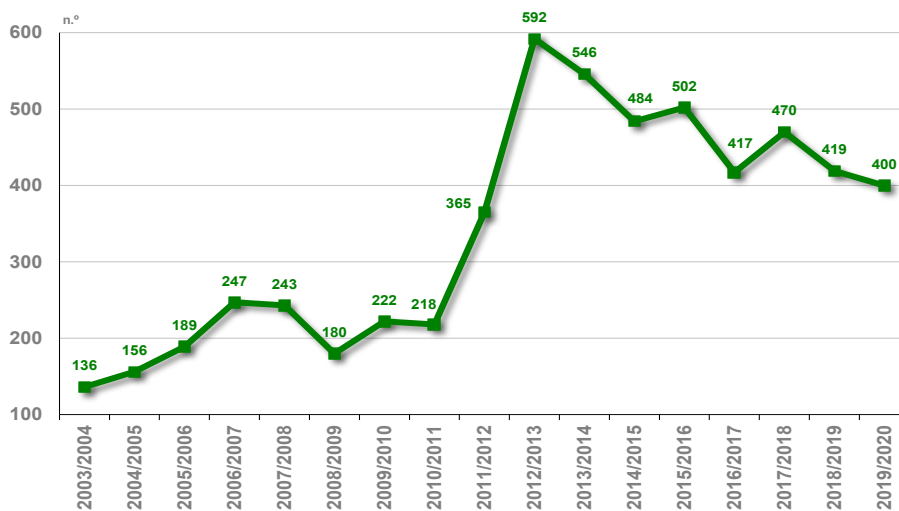
2) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

I&D – Investigação e desenvolvimento

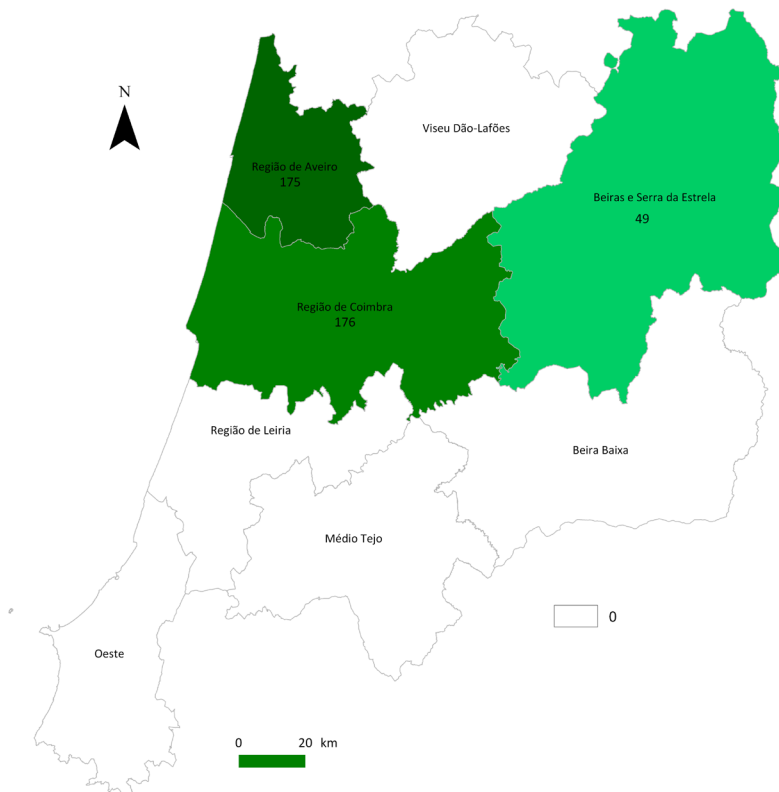
PME – Pequena e média empresa

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

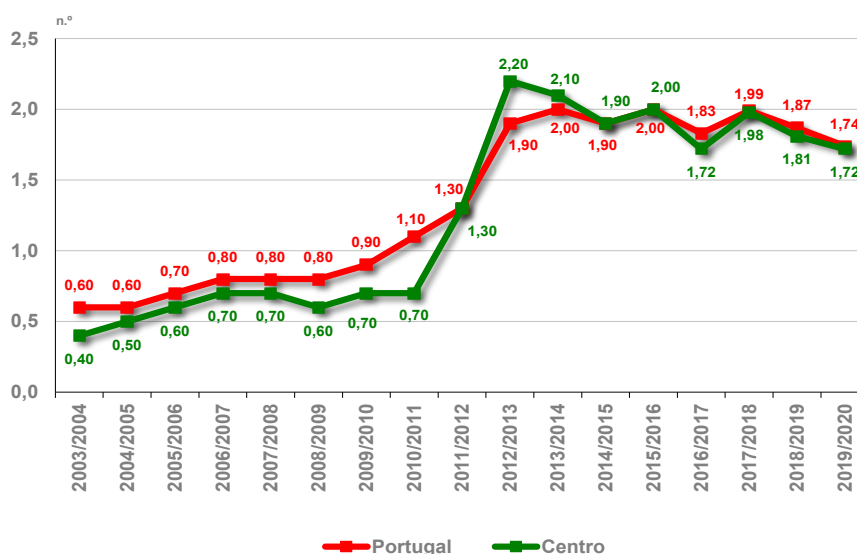
Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro entre 2003/2004 e 2019/2020



Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro, 2019/2020



Doutorados por 1.000 habitantes por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro e de Portugal entre 2003/2004 e 2019/2020



Posicionamento da Região Centro

Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior, 2019/2020			
	n.º	% do total nacional	n.º por 1.000 habitantes
Portugal	1 941	100,0	1,74
Norte	661	34,1	1,65
CENTRO	400	20,6	1,72
AM Lisboa	789	40,6	2,63
Alentejo	60	3,1	0,85
Algarve	16	0,8	0,36
Açores	5	0,3	0,15
Madeira	10	0,5	0,32

No ano letivo 2019/2020, foram concluídos 400 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, representando 20,6% do total do país. Este número diminuiu cerca de 5% face ao ano anterior, mas manteve-se num limiar muito acima dos novos doutorados registados até ao ano letivo 2011/2012. Em termos sub-regionais, existiram doutoramentos na Região de Coimbra, na Região de Aveiro e nas Beiras e Serra da Estrela, o que resulta da localização das três universidades da região: Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior, respetivamente. Decorrente desta evolução, o valor de doutorados por 1.000 habitantes da região, em 2019/2020, diminuiu para os 1,72, situando-se ligeiramente abaixo da média nacional (1,74 doutorados por 1.000 habitantes). Ainda assim, o Centro continua a ser a segunda região portuguesa com o maior número de doutorados por cada mil habitantes, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em julho e extraídos pela CCDRC em agosto de 2021).

Notas:

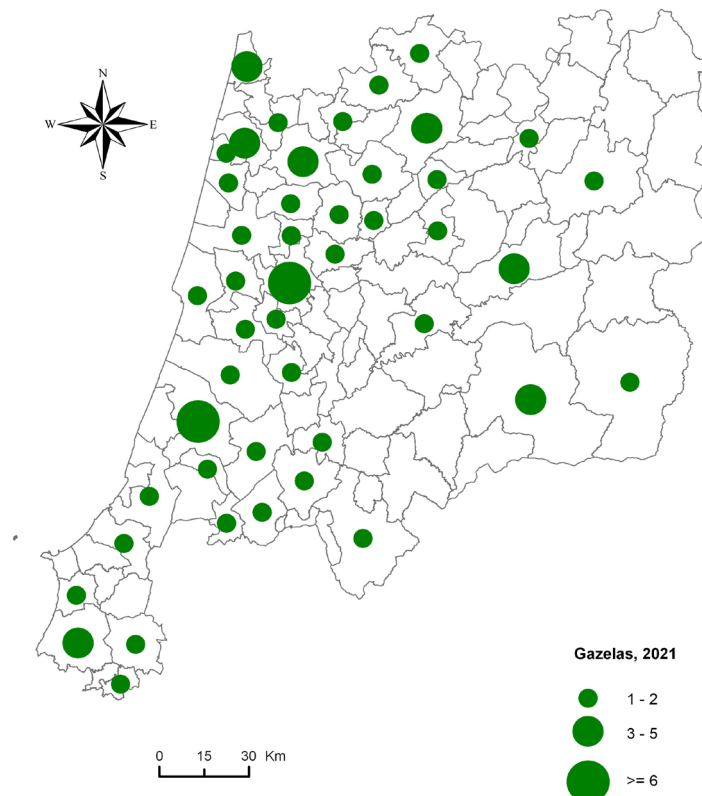
- 1) Os dados não incluem os reconhecimentos de doutoramentos realizados no estrangeiro.
- 2) A localização geográfica corresponde à localização do estabelecimento de ensino.

Doutorados por 1.000 habitantes = (Doutorados do ensino superior/População residente entre os 25 e 34 anos) x 1.000

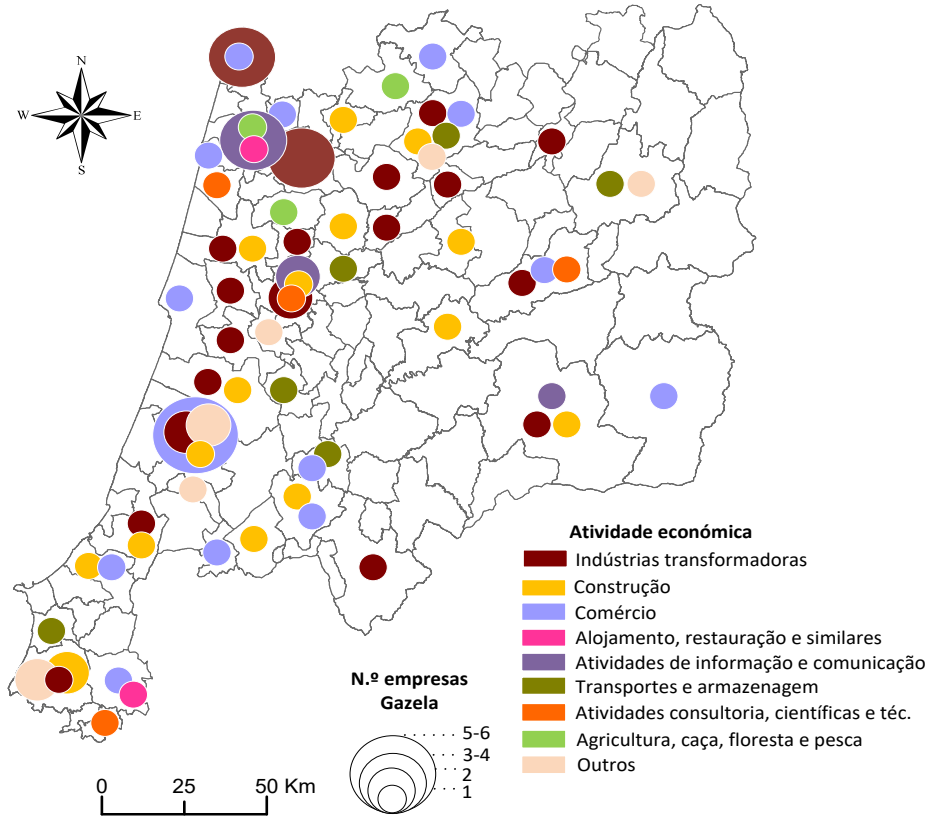
Distribuição das 91 empresas gazela de 2021 na Região Centro por atividade económica

Atividades Económicas	Total (N.º)	Peso no total (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3	3,3
Alojamento, restauração e similares	2	2,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5	5,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0	0,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4	4,4
Atividades de informação e de comunicação	6	6,6
Atividades de saúde humana e apoio social	1	1,1
Atividades imobiliárias	0	0,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	18	19,8
Construção	17	18,7
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1,1
Indústrias extrativas	1	1,1
Indústrias transformadoras	27	29,7
Transportes e armazenagem	6	6,6
Outras atividades	0	0,0
TOTAL	91	100,00

Distribuição geográfica das 91 empresas gazela de 2021 na Região Centro

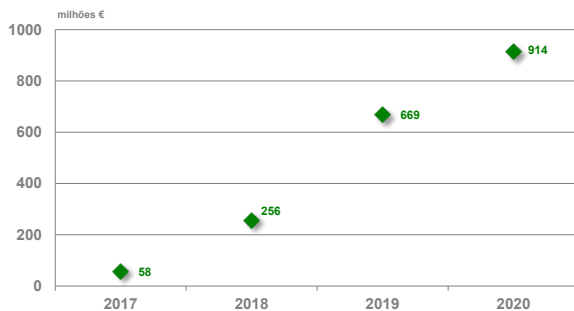


Distribuição geográfica das 91 empresas gazela de 2021 na Região Centro por atividade económica

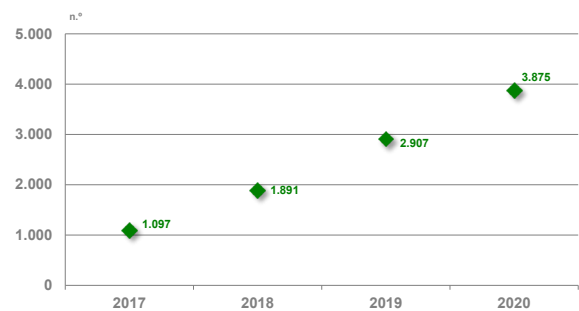


Evolução do volume de negócios e do emprego das 91 empresas gazela de 2021 na Região Centro

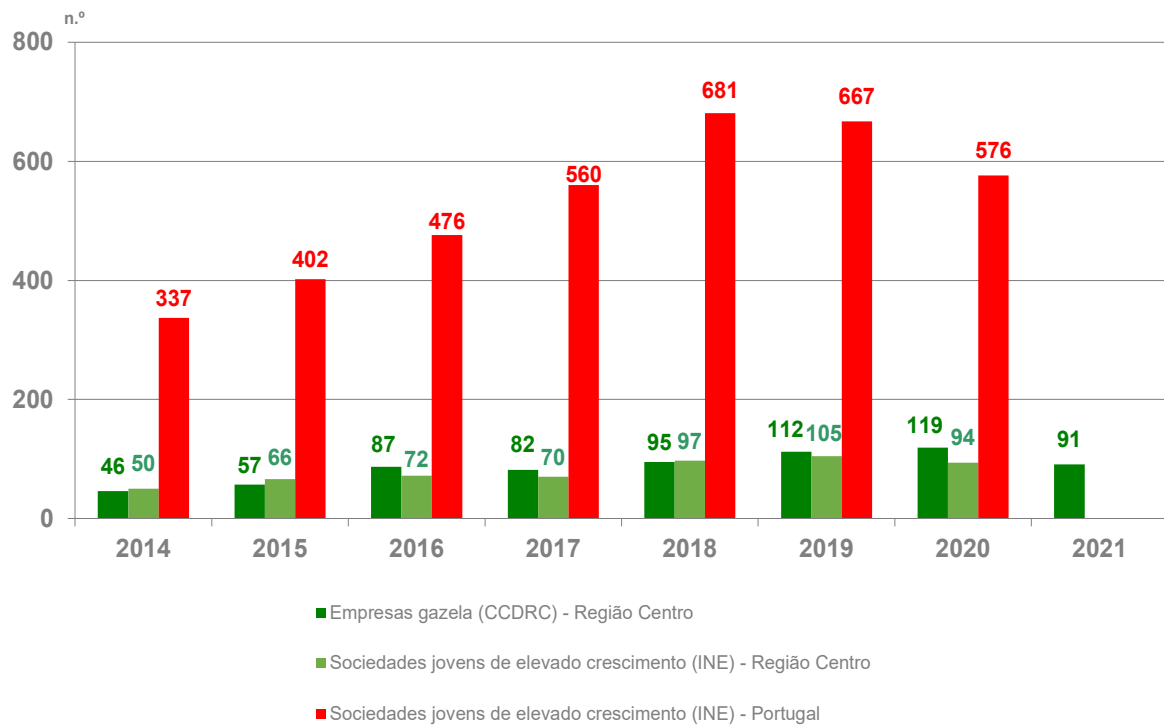
Volume de negócios



Emprego



Empresas gazela e sociedades jovens de elevado crescimento entre 2014 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Sociedades jovens de elevado crescimento (gazelas), 2020			
	n.º	% do total nacional	% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas
Portugal	576	100,0	1,18
Norte	239	41,5	1,26
CENTRO	94	16,3	0,97
AM Lisboa	160	27,8	1,20
Alentejo	36	6,3	1,35
Algarve	34	5,9	1,49
Açores	6	1,0	0,66
Madeira	7	1,2	0,67

Segundo o estudo anual realizado pela CCDRC, na Região Centro, em 2021, existiam 91 empresas gazela, tendo-se observado uma redução do número de empresas apuradas face ao ano anterior, o que não acontecia desde 2017. Importa referir que esta diminuição se verificou no ano de maior impacto das restrições para contenção da pandemia por COVID-19 na atividade económica, já que os dados para apuramento destas empresas se referem ao ano económico de 2020, evidenciando, ainda assim, um elevado grau de resiliência por parte do setor empresarial da região. As 91 empresas encontravam-se repartidas por 46 dos 100 municípios da região, atingindo em 2021 o maior número de municípios com empresas gazela de toda a série, o que mostra uma disseminação cada vez maior destas empresas pela região. Os municípios de Leiria (10) e Coimbra (6) apresentavam o maior número de empresas gazela, seguidos pelos municípios de Aveiro, Ovar, Torres Vedras e Viseu (com 5 empresas cada). Com quatro e três empresas gazela, surge respetivamente, o município de Águeda (4), Castelo Branco (3) e Covilhã (3). Relativamente às sub-regiões, destacava-se a Região de Aveiro (18), Região de Coimbra (17), Região de Leiria (14) e o Oeste (13). Ou seja, 68% das empresas gazela estavam concentradas nas quatro sub-regiões do litoral da Região Centro, tendo-se, no entanto, observado face a 2020, uma diminuição desta percentagem em 6 pontos percentuais. Nas atividades económicas destas empresas, continuava a destacar-se a indústria transformadora (30%) que em conjunto com o comércio (20%) e a construção (19%) concentravam cerca de dois terços das empresas gazela da região. O volume de negócios destas empresas cresceu de 58 para 914 milhões entre 2017 e 2020, comprovando que, mesmo em anos de maiores constrangimentos, conseguem continuar a expandir as suas atividades. Estas empresas têm igualmente um elevado potencial para gerar novos postos de trabalho, tendo mais que triplicado a quantidade de pessoas ao serviço entre 2017 e 2020, passando de 1.097 para 3.875 trabalhadores, e apresentando, em 2020, uma média de quase 43 pessoas ao serviço por empresa.

De acordo com a informação do INE, as sociedades jovens de elevado crescimento da Região Centro ascendiam a 94 em 2020, observando um decréscimo face ao ano precedente, o que resultou em grande medida dos efeitos negativos da pandemia por COVID-19 na economia. Ainda assim, estas 94 sociedades aumentaram a sua importância no computo nacional, tendo passado a corresponder a 16,3% do total do país. Na região, estas sociedades representavam 0,97% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas, valor inferior à média nacional e o terceiro mais baixo das sete regiões portuguesas.

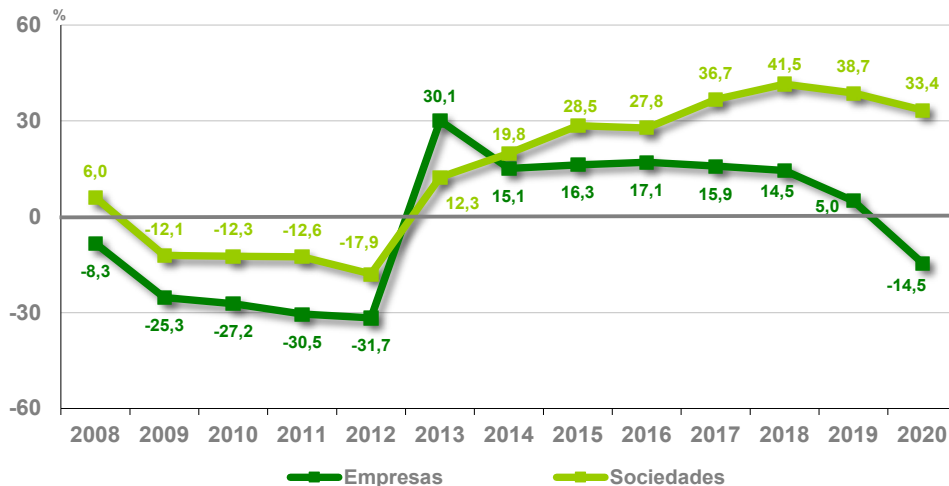
Fonte: Empresas gazela - cálculos próprios a partir de *Iberinform, Crédito y Caución* (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2021); sociedades jovens de elevado crescimento (gazela) – INE (dados anuais extraídos da publicação “Empresas em Portugal – 2020”, relativos a empresas não financeiras).

Nota: O estudo «Empresas Gazela 2021», elaborado pela CCDRC, encontra-se disponível em: <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo48/index.html>

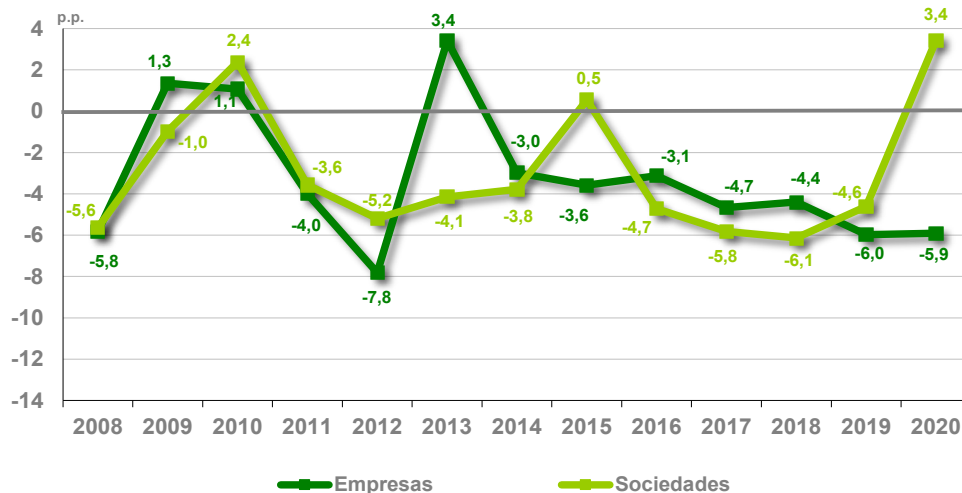
Empresa gazela: O conceito de empresa «gazela» assumido internacionalmente corresponde a empresas jovens (idade igual ou inferior a cinco anos no início do período de observação) e com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. Foram assim identificadas pela CCDRC, com base em informação económica disponível para 2020, as empresas que cumulativamente: tinham sede na Região Centro; apresentavam crescimentos do volume de negócios superiores a 20% ao ano em 2018, 2019 e 2020; empregavam pelo menos 10 trabalhadores em 2020; possuíam faturação igual ou superior a 500 mil euros em 2020 e foram constituídas a partir de 2012.

Sociedade jovem de elevado crescimento (gazela): Sociedade até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 10% ao longo de um período de 3 anos (o crescimento médio anual é medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas).

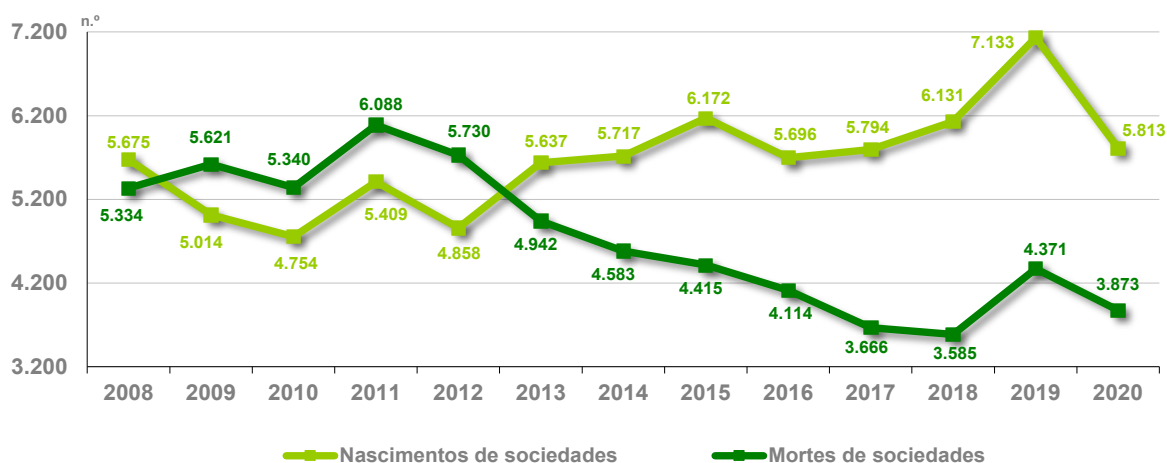
Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro entre 2008 e 2020



Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro face ao valor do país (Região Centro – Portugal) entre 2008 e 2020



Nascimentos e mortes de sociedades na Região Centro entre 2008 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	Taxa líquida de criação de empresas, 2020		Nascimentos de empresas, 2020		Mortes de empresas, 2020	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	-8,6	0,0	153.290	100,0	166.483	100,0
Norte	-9,9	-1,3	50.124	32,7	55.101	33,1
CENTRO	-14,5	-5,9	28.361	18,5	32.478	19,5
AM Lisboa	-1,1	7,5	50.622	33,0	51.166	30,7
Alentejo	-14,0	-5,4	9.101	5,9	10.373	6,2
Algarve	-13,3	-4,7	8.616	5,6	9.759	5,9
Açores	-28,4	-19,8	2.965	1,9	3.807	2,3
Madeira	-8,5	0,1	3.501	2,3	3.799	2,3

	Taxa líquida de criação de sociedades, 2020		Nascimentos de sociedades, 2020		Mortes de sociedades, 2020	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	30,0	0,0	35.610	100,0	24.941	100,0
Norte	30,8	0,8	11.539	32,4	7.985	32,0
CENTRO	33,4	3,4	5.813	16,3	3.873	15,5
AM Lisboa	27,2	-2,8	13.072	36,7	9.521	38,2
Alentejo	43,4	13,5	2.100	5,9	1.188	4,8
Algarve	25,7	-4,3	1.905	5,3	1.416	5,7
Açores	43,5	13,6	393	1,1	222	0,9
Madeira	6,6	-23,4	788	2,2	736	3,0

A taxa líquida de criação de empresas na Região Centro em 2020, assumiu valores negativos (-14,5%), o que já não sucedia desde 2012 (ano em que se registou o valor mais baixo da série). Este desempenho foi pior do que a média nacional (-8,6%), colocando o Centro na penúltima posição entre as sete regiões portuguesas. Na região, em 2020, ocorreram 18,5% dos nascimentos e 19,5% das mortes de empresas observadas no país.

Já a taxa líquida de criação de sociedades no Centro, em 2020, apesar de também ter diminuído, manteve-se positiva (33,4%), superando a média nacional (30,0%), o que já não se verificava desde 2015. Este comportamento colocava o Centro na terceira posição na hierarquia nacional. A Região Centro, em 2020, absorvia 16,3% dos nascimentos e 15,5% das mortes de sociedades do país.

A evolução decrescente dos indicadores das empresas e das sociedades, em 2020, pode estar relacionada com os efeitos negativos da pandemia por COVID-19 sobre a atividade económica.

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados em março de 2022 e extraídos pela CCDRC em abril de 2022).

Notas:

1) Os dados de empresas e sociedades referem-se a empresas e sociedades não financeiras.

2) Os dados de mortes de empresas e de sociedades de 2019 são provisórios e os de 2020 são preliminares.

Taxa líquida de criação de empresas em % das empresas nascidas = (Nascimentos de empresas – Mortes de empresas)/Nascimentos de empresas x 100

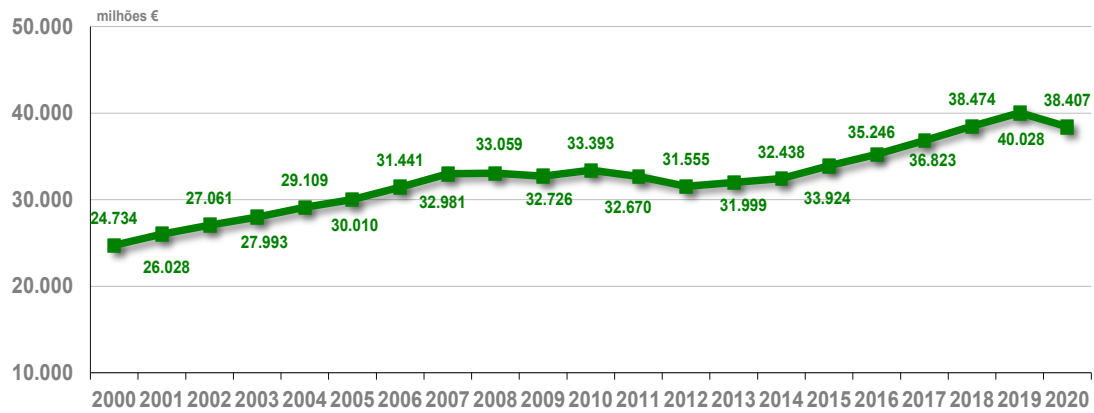
Taxa líquida de criação de sociedades em % das sociedades nascidas = (Nascimentos de sociedades - Mortes de sociedades)/Nascimentos de sociedades x 100

Taxa líquida de criação de empresas face ao valor do país = Taxa líquida de criação de empresas da unidade territorial - Taxa líquida de criação de empresas do país

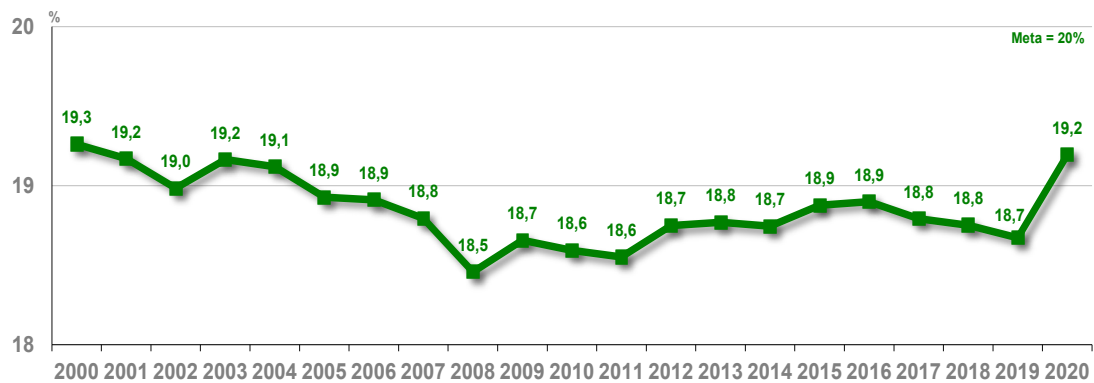
Taxa líquida de criação de sociedades face ao valor do país = Taxa líquida de criação de sociedades da unidade territorial - Taxa líquida de criação de sociedades do país

p.p. – Pontos percentuais

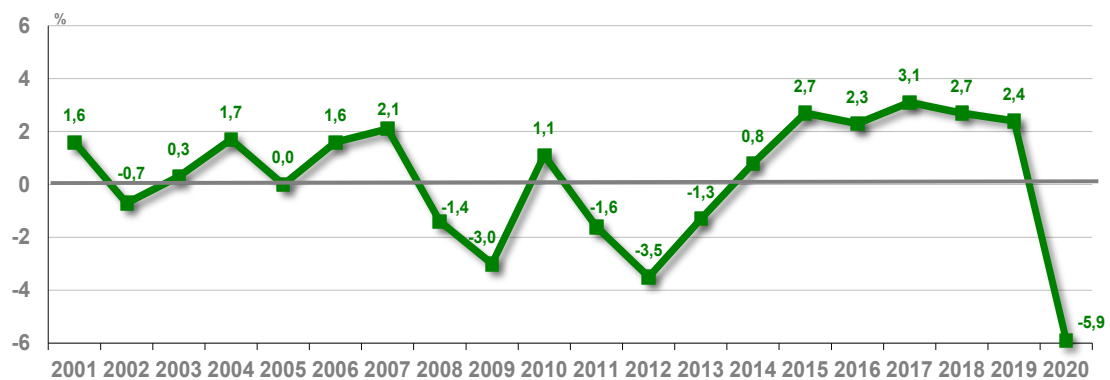
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes na Região Centro entre 2000 e 2020



Peso do PIB da Região Centro no total nacional a preços correntes entre 2000 e 2020



Taxa de crescimento real do PIB na Região Centro entre 2001 e 2020



Crescimento real do PIB na Região Centro face ao país (Região Centro – Portugal) entre 2001 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	PIB a preços correntes, 2020 (milhões €)	Peso do PIB no total nacional, 2020 (%)	Taxa de crescimento real do PIB, 2020 (%)	Crescimento real do PIB face ao país (Região - País), 2020 (p.p.)
Portugal	200.088	100,0	-8,4	0,0
Norte	60.328	30,2	-7,0	1,4
CENTRO	38.407	19,2	-5,9	2,5
AM Lisboa	71.432	35,7	-9,5	-1,1
Alentejo	12.442	6,2	-8,3	0,1
Algarve	8.706	4,4	-16,7	-8,3
Açores	4.152	2,1	-9,2	-0,8
Madeira	4.462	2,2	-14,3	-5,9

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Centro ascendia a 38,4 mil milhões de euros, tendo registado uma variação nominal de -4,0% e real de -5,9% face a 2019. Esta diminuição foi menos intensa do que a média nacional, uma vez que o país registou um decréscimo nominal de 6,7% e real de 8,4%. Tendo 2020 sido um ano marcado por fortes restrições sobre a economia devido à pandemia por COVID-19, todas as regiões portuguesas registaram uma contração da atividade económica. No entanto, o Centro revelou-se como a região que mais resistiu aos efeitos económicos da pandemia ao apresentar o menor decréscimo do PIB entre as várias regiões. O PIB regional representava 19,2% do total do país, permanecendo a Região Centro na terceira posição da hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2019 e provisórios de 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021).

Notas: Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).

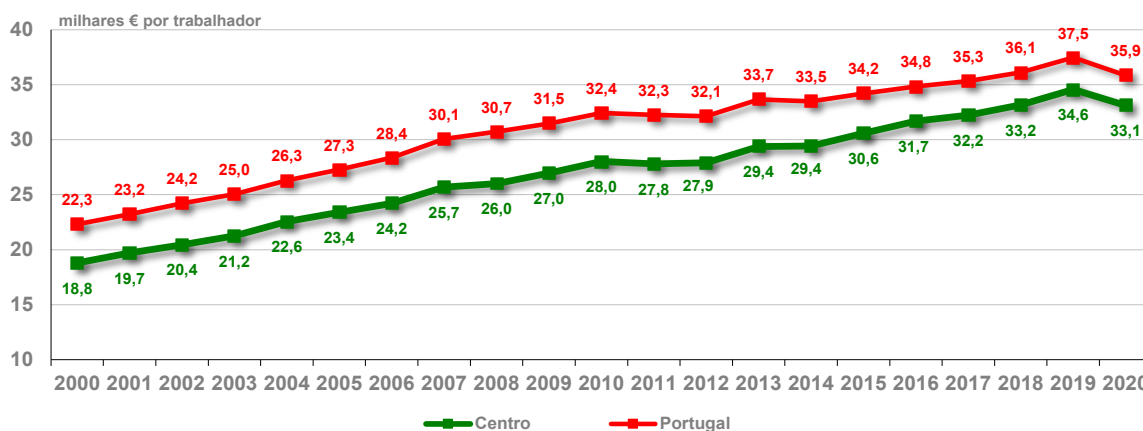
Taxa de crescimento real do PIB (taxa de variação em volume) = $(\text{PIB do ano } n - \text{PIB do ano } n-1) / (\text{PIB do ano } n-1) \times 100$, com PIB avaliado a preços do ano n-1

Crescimento real do PIB da Região Centro face ao país = Taxa de crescimento real do PIB da Região Centro – Taxa de crescimento real do PIB de Portugal

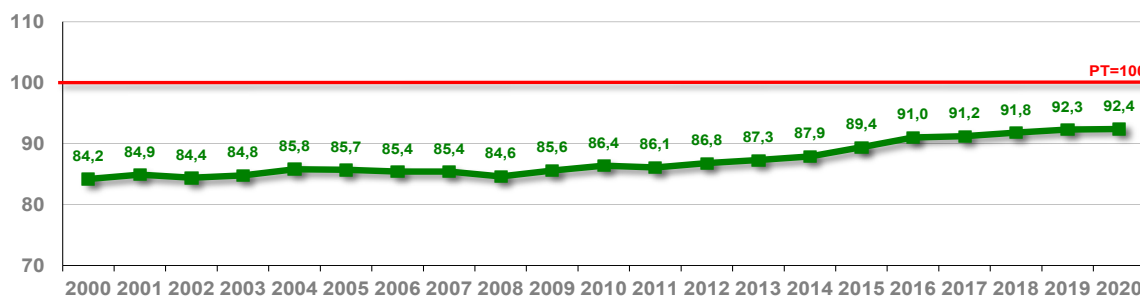
PIB – Produto Interno Bruto

p.p. – Pontos percentuais

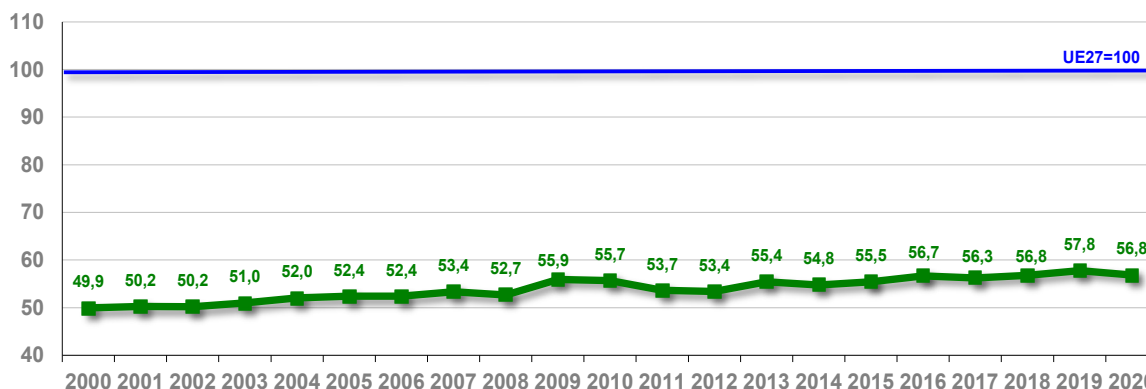
Produtividade do trabalho entre 2000 e 2020



Produtividade do trabalho na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2020



Produtividade do trabalho na Região Centro (UE 27=100) entre 2000 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	Produtividade do trabalho, 2020		
	milhares € por trabalhador	PT=100	UE27=100
Portugal	35,9	100,0	61,5
Norte	31,3	87,3	53,7
CENTRO	33,1	92,4	56,8
AM Lisboa	43,9	122,5	75,4
Alentejo	33,9	94,5	58,1
Algarve	36,4	101,5	62,5
Açores	32,2	89,9	55,3
Madeira	34,6	96,5	59,4

Em 2020, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 33,1 milhares de euros por trabalhador, representando 92,4% do total nacional e 56,8% da produtividade do conjunto dos 27 países da União Europeia. Face a 2019, a produtividade diminuiu 4,2%, tendo esta evolução sido idêntica à média nacional (-4,3%), refletindo o forte impacto da pandemia COVID-19 na atividade económica. Nos últimos anos, a Região Centro tem convergido lentamente para a média nacional e europeia (exceção, para 2020, em que divergiu da média europeia). No entanto, mantém-se como uma das regiões portuguesas com mais baixa produtividade do trabalho, ocupando a quinta posição na hierarquia nacional (apenas a Região Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentavam pior desempenho).

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2019 e provisórios de 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021) e Eurostat (dados anuais definitivos de 2000 a 2019 e provisórios de 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021).

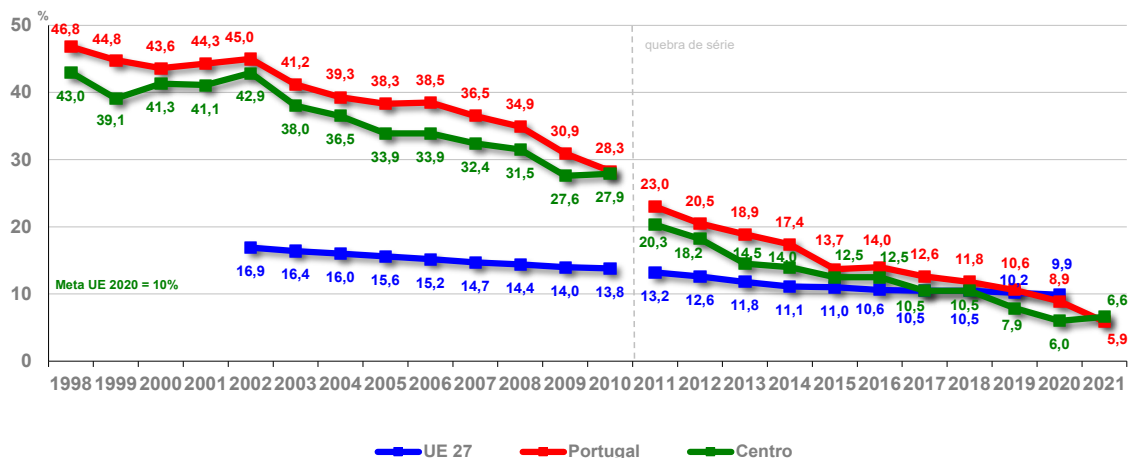
Notas:

- 1) Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).
- 2) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

Taxa de abandono escolar precoce entre 1998 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Taxa de abandono escolar precoce, 2021 (%)

UE 27	x
Portugal	5,9
Norte	4,1
CENTRO	6,6
AM Lisboa	5,9
Alentejo	x
Algarve	7,2
Açores	23,2
Madeira	10,6

x - Dado não disponível

Em 2021, a taxa de abandono escolar precoce na Região Centro aumentou ligeiramente para os 6,6%, (no ano anterior, cifrava-se nos 6,0%). Este valor ultrapassou pela primeira vez a média nacional, que diminuiu para os 5,9%, tendo atingido um novo mínimo histórico. Com esta evolução, o Centro deixou de ser a região com a menor taxa de abandono escolar precoce, passando a ocupar a terceira posição na hierarquia nacional, depois da Região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. No entanto, nas últimas duas décadas, este indicador registou acentuadas quebras na região, diminuindo 36,4 pontos percentuais face a 1998. Com este progresso, o Centro superou a meta estabelecida pela União Europeia para ser atingida em 2020: reduzir a taxa de abandono precoce de educação e formação para menos de 10%.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2022) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados em outubro de 2021 e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2022).

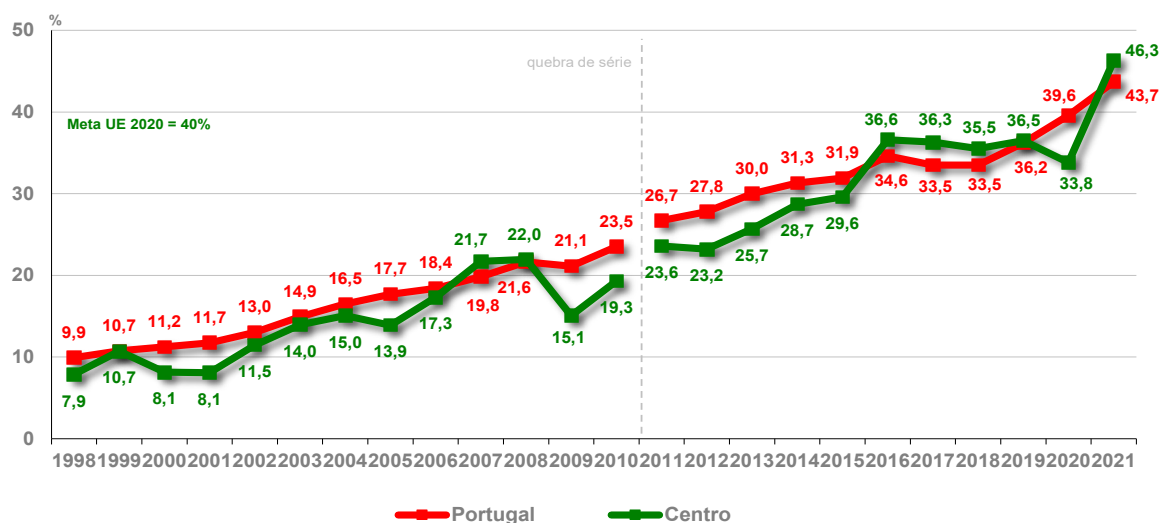
Notas:

- 1) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).
- 2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Taxa de abandono escolar precoce = (População residente entre 18-24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18-24 anos) x 100

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior entre 1998 e 2021



Posicionamento da Região Centro

	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, 2021 (%)	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, Censos 2011 (%)
Portugal	43,7	28,6
Norte	42,5	25,8
CENTRO	46,3	27,7
AM Lisboa	50,0	35,8
Alentejo	38,2	22,3
Algarve	29,6	24,5
Açores	22,6	18,9
Madeira	34,7	25,8

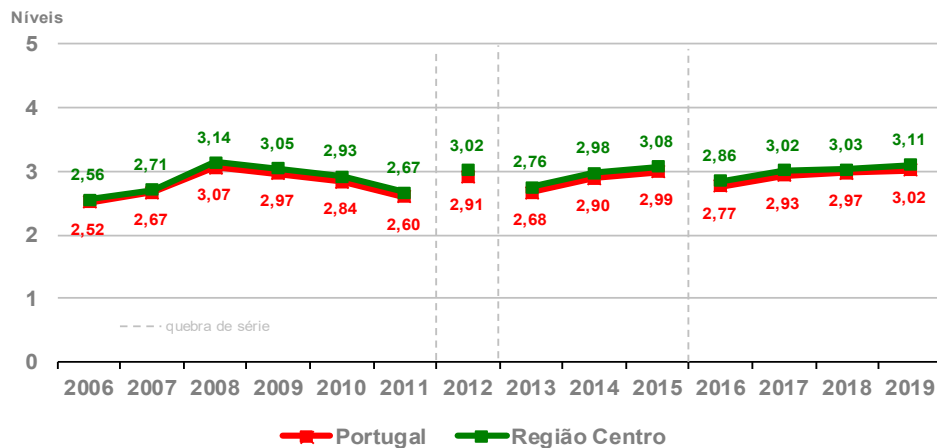
Em 2021, 46,3% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. A região posicionava-se acima da média nacional (de 43,7%) e apresentava o segundo melhor desempenho na hierarquia regional, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Tinha também ultrapassado a meta estabelecida pela União Europeia para 2020: ter, pelo menos, 40% da população jovem com nível de ensino superior. É ainda de assinalar o progresso muito significativo registado nas últimas décadas, uma vez que o valor atual corresponde a mais do quádruplo do registado em 1998.

Fonte: INE (Inquérito ao Emprego: dados anuais, disponibilizados em março de 2022 e extraídos pela CCDRC em abril de 2022; Censos 2011: dados decenais, disponibilizados em fevereiro de 2013 e extraídos pela CCDRC em junho de 2013).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

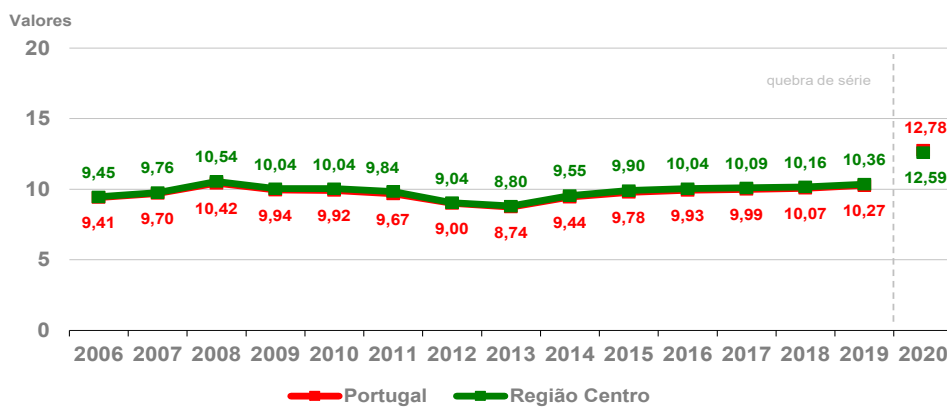
População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100

Resultados de exames nacionais do ensino básico entre 2006 e 2019

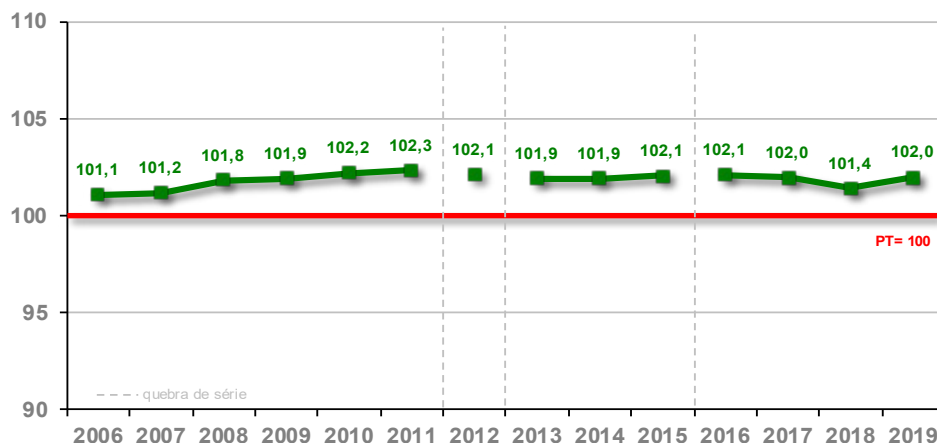


Em 2020, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento do ano letivo 2019/2020, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade.

Resultados de exames nacionais do ensino secundário entre 2006 e 2020



Resultados de exames nacionais dos ensinos básico e secundário na Região Centro (PT=100) entre 2006 e 2019



Em 2020, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento do ano letivo 2019/2020, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade.

Posicionamento da Região Centro

	Resultados de exames nacionais, 2020		Posicionamento face ao país nos resultados de exames nacionais (PT=100), 2020		
	Ensino básico - 9.º ano (níveis 1 a 5)	Ensino secundário (0 a 20 valores)	Média dos ensinos básico e secundário	Ensino básico - 9.º ano	Ensino secundário
Portugal	x	12,78	x	x	100,00
Norte	x	13,04	x	x	102,01
CENTRO	x	12,59	x	x	98,55
AM Lisboa	x	12,87	x	x	100,72
Alentejo	x	12,59	x	x	98,53
Algarve	x	12,50	x	x	97,82
Açores	x	12,14	x	x	95,00
Madeira	x	12,40	x	x	97,03

x - Dado não disponível

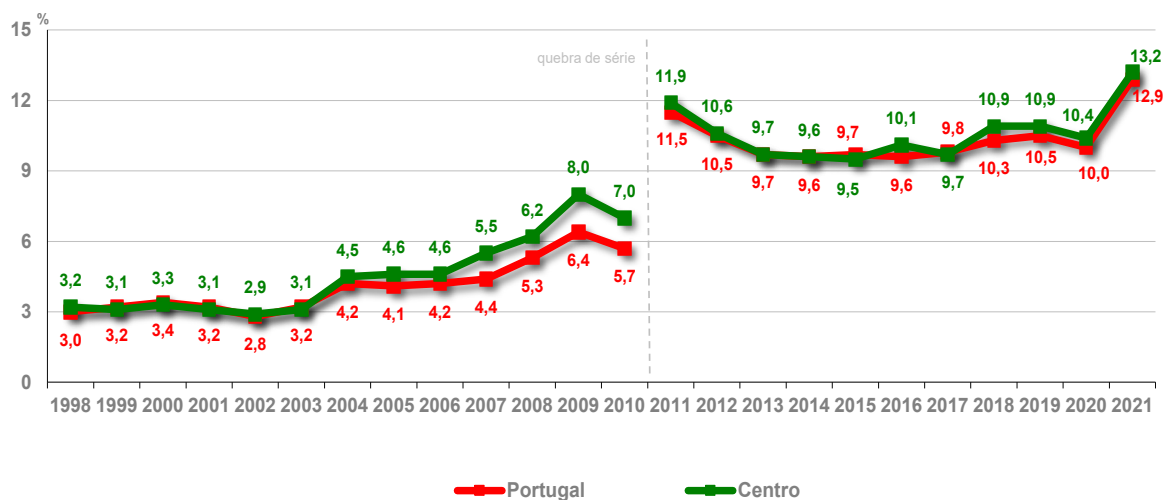
Em 2020, o país enfrentou um quadro atípico provocado pela pandemia COVID-19 que teve influência nos sistemas de aprendizagem e nos moldes e regras habituais para a realização dos exames nacionais. A Região Centro apresentou um desempenho nos exames nacionais do ensino secundário abaixo da média nacional, situação que nunca se tinha verificado desde o início da série (em 2006). A região ocupava assim, em 2020, a terceira posição na hierarquia nacional, depois da Região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa (as únicas regiões que se posicionaram acima da média do país).

Fonte: Cálculos próprios a partir da Direção Geral de Educação (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em novembro de 2021).

Notas:

- 1) Os valores de Portugal incluem os resultados de alunos que frequentam escolas portuguesas no estrangeiro.
- 2) No ensino básico, os exames nacionais foram realizados para o 9.º ano de 2006 a 2011; para os 6.º e 9.º anos em 2012; para os 4.º, 6.º e 9.º anos de 2013 a 2015; e novamente apenas para o 9.º ano de 2016 em diante. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).
- 3) Em 2020, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento do ano letivo 2019/2020, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade. No ensino secundário, foi suspensa a ponderação dos resultados nos exames nacionais para a classificação interna e conclusão do ensino secundário, restringindo a sua aplicação às provas específicas para efeitos de acesso ao ensino superior, às provas de equivalência à frequência e à melhoria de notas (o que implicou uma diminuição do número de provas efetuadas). Além desta alteração, será ainda importante referir a mudança do calendário (as provas - 1.ª e 2.ª fases, respetivamente - estavam inicialmente agendadas para junho e julho e realizaram-se em julho e setembro) e os diferentes moldes em que se realizaram (em cada prova, foi identificado um conjunto de itens com resposta obrigatoriamente contabilizada para a classificação final e um outro conjunto de itens dos quais apenas eram contabilizadas para a classificação final as respostas em que os alunos obtivessem melhor pontuação). Deste modo, com a realização de menos exames, em moldes diferentes, num período mais distendido no tempo e apenas em disciplinas necessárias como provas de acesso, não é legítimo realizar comparações com os resultados obtidos nos anos anteriores, considerando-se uma quebra de série.

Aprendizagem ao longo da vida entre 1998 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Aprendizagem ao longo da vida, 2021 (%)

Portugal	12,9
Norte	11,5
CENTRO	13,2
AM Lisboa	15,4
Alentejo	11,8
Algarve	13,8
Açores	8,8
Madeira	9,0

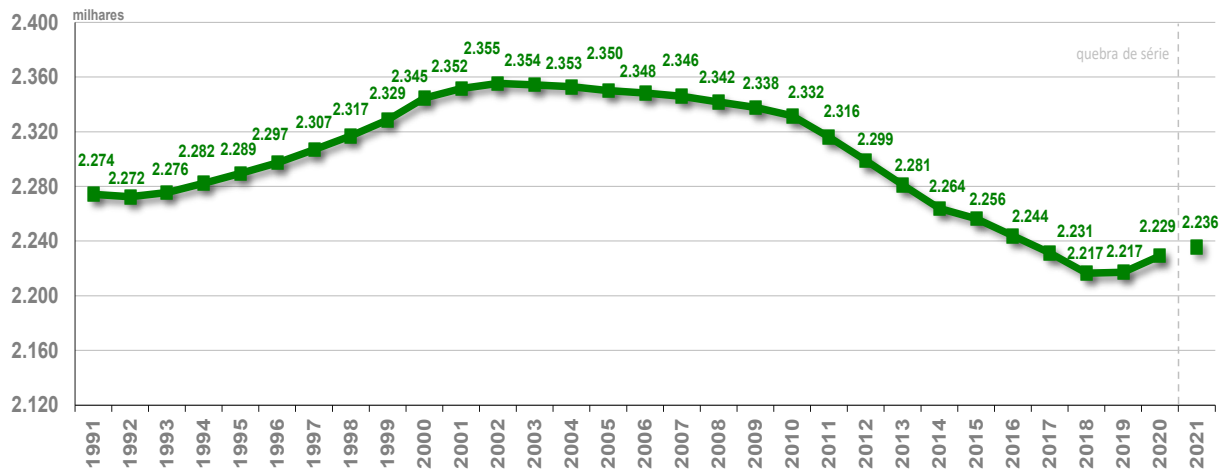
Em 2021, 13,2% da população com idade entre os 25 e os 64 anos da Região Centro participou em atividades de educação e formação. Este valor traduz um novo máximo histórico e continuou a posicionar a região acima da média nacional (12,9%). Comparativamente com as outras regiões portuguesas, o Centro ocupava o terceiro lugar na hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve. Atualmente, mais do quádruplo da população regional com idade entre os 25 e os 64 anos participa em atividades de educação e formação do que há 20 anos.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2022).

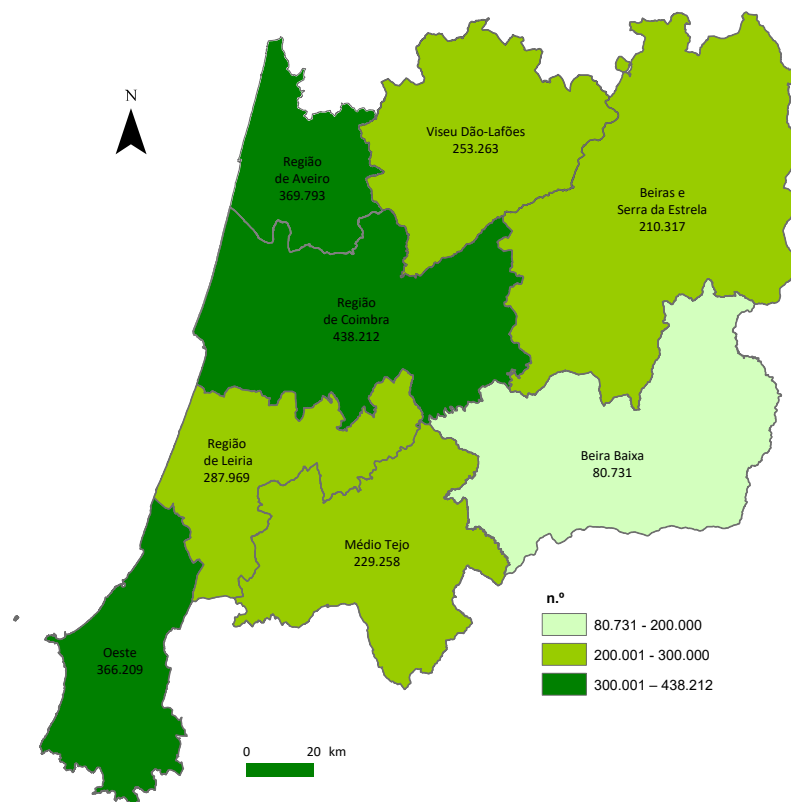
Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Aprendizagem ao longo da vida = População entre os 25 e os 64 anos que no período de referência participou em atividades de educação e formação/População entre os 25 e os 64 anos x 100

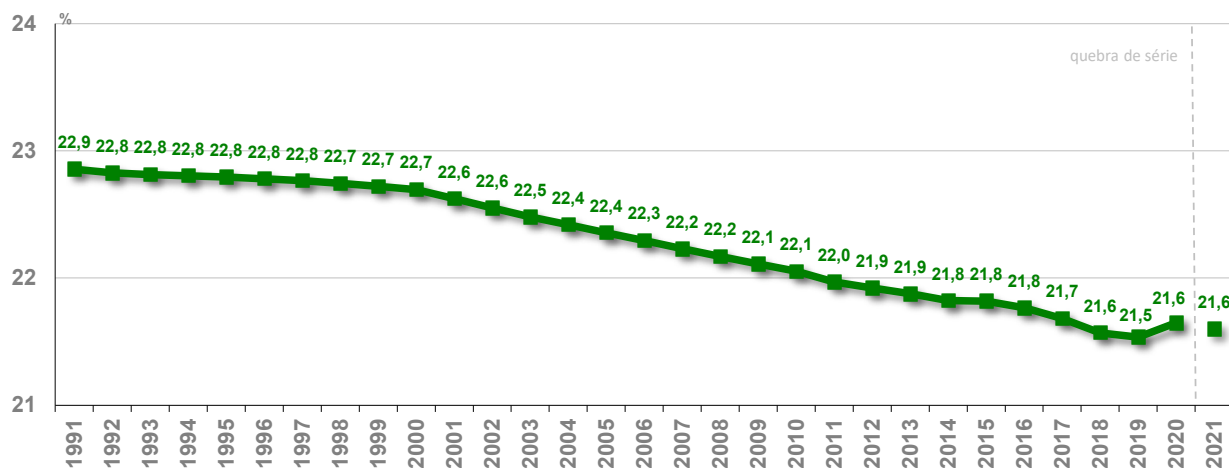
População residente na Região Centro entre 1991 e 2021



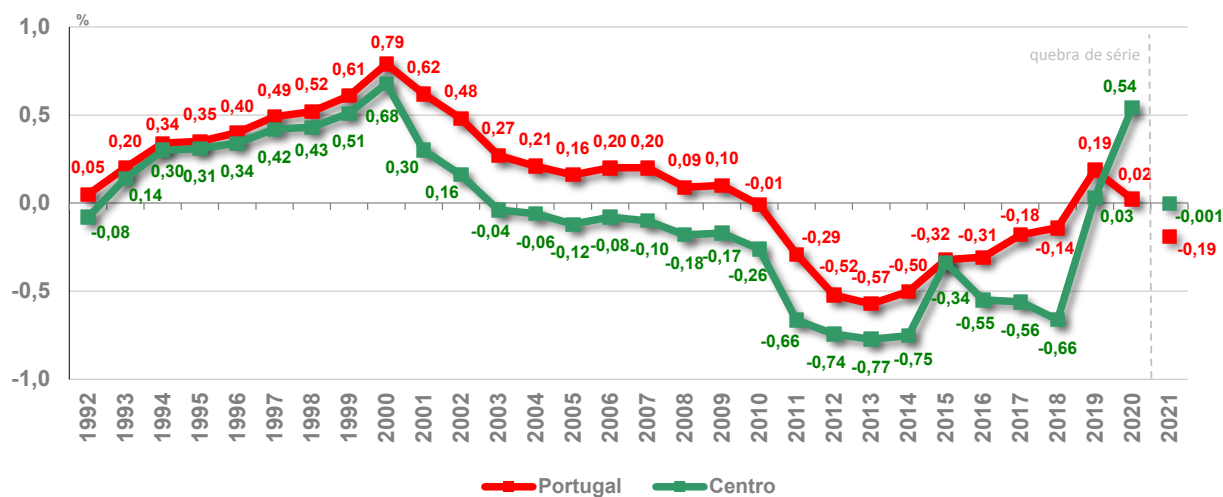
População residente na Região Centro, 2021



Peso da população residente na Região Centro no total nacional entre 1991 e 2021



Taxa de variação da população residente entre 1992 e 2021



Posicionamento da Região Centro

	População residente, 2021		Taxa de variação da população residente, 2020-2021
	n.º	% do total nacional	%
Portugal	10.352.042	100,0	-0,189
Norte	3.587.882	34,7	-0,165
CENTRO	2.235.752	21,6	-0,001
AM Lisboa	2.869.627	27,7	-0,277
Alentejo	705.410	6,8	-0,364
Algarve	465.701	4,5	-0,602
Açores	236.488	2,3	-0,073
Madeira	251.182	2,4	-0,028

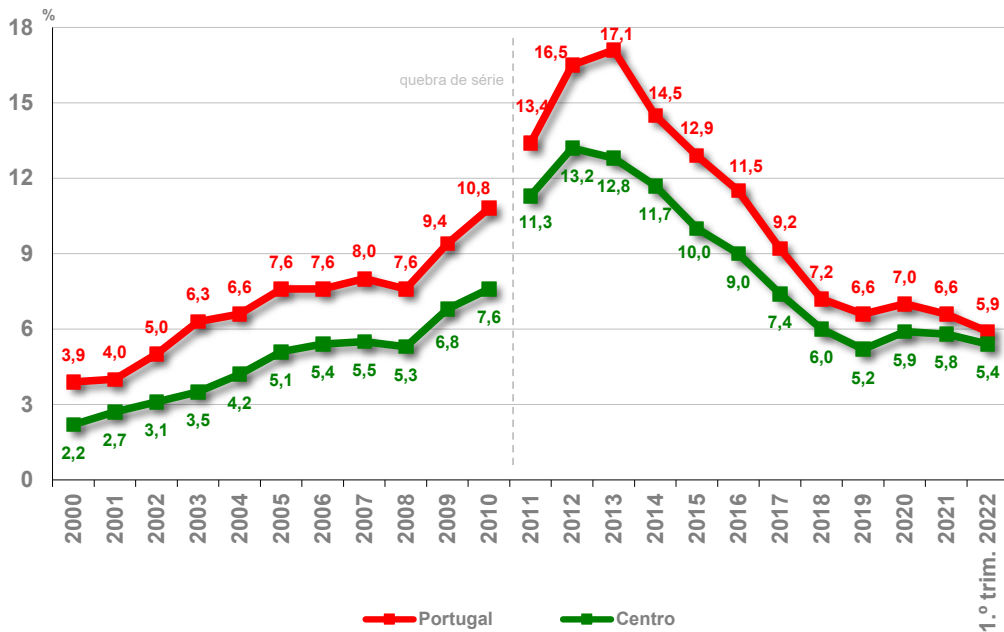
A 31 de dezembro de 2021, estimava-se que residiam na Região Centro 2,2 milhões de indivíduos, tendo existido um decréscimo populacional de -0,001% face a 2020, que evidencia um melhor desempenho em comparação com a variação nacional de -0,189%. Todas as regiões portuguesas perderam população residente, tendo o Centro sido aquela que registou a menor diminuição, o que resulta de o saldo migratório quase ter compensado o saldo natural negativo. Aliás, no contexto regional, o Centro registou o segundo maior decréscimo natural (-0,75%), depois do Alentejo, e o crescimento migratório mais elevado (+0,74%).

A Região Centro concentrava 21,6% da população residente em Portugal. As quatro sub-regiões do litoral – Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste – reuniam 65,4% da população total do Centro, peso que subia para os 87,0% considerando o Médio Tejo e Viseu Dão-Lafões. Face ao ano anterior, o efetivo populacional do Oeste, da Região de Aveiro e da Região de Leiria aumentou, enquanto nas restantes cinco sub-regiões a população residente diminuiu. Em todas as sub-regiões do Centro, a taxa de crescimento natural foi negativa e a taxa de crescimento migratório positiva.

Fonte: INE, Estimativas da População Residente e Estimativas pós-censitárias da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2022).

Nota: As estimativas pós-censitárias de população residente constituem um exercício *ad hoc* de estimativas de população para os anos de 2020 e 2021 assente nos resultados provisórios dos Censos 2021. Estas estimativas serão objeto de revisão com base nos resultados definitivos dos Censos 2021, dando então início à nova série Estimativas Provisórias de População Residente. Chama-se a atenção para a não comparabilidade dos resultados destas estimativas *ad hoc* com a série de Estimativas provisórias de população residente 2011-2020.

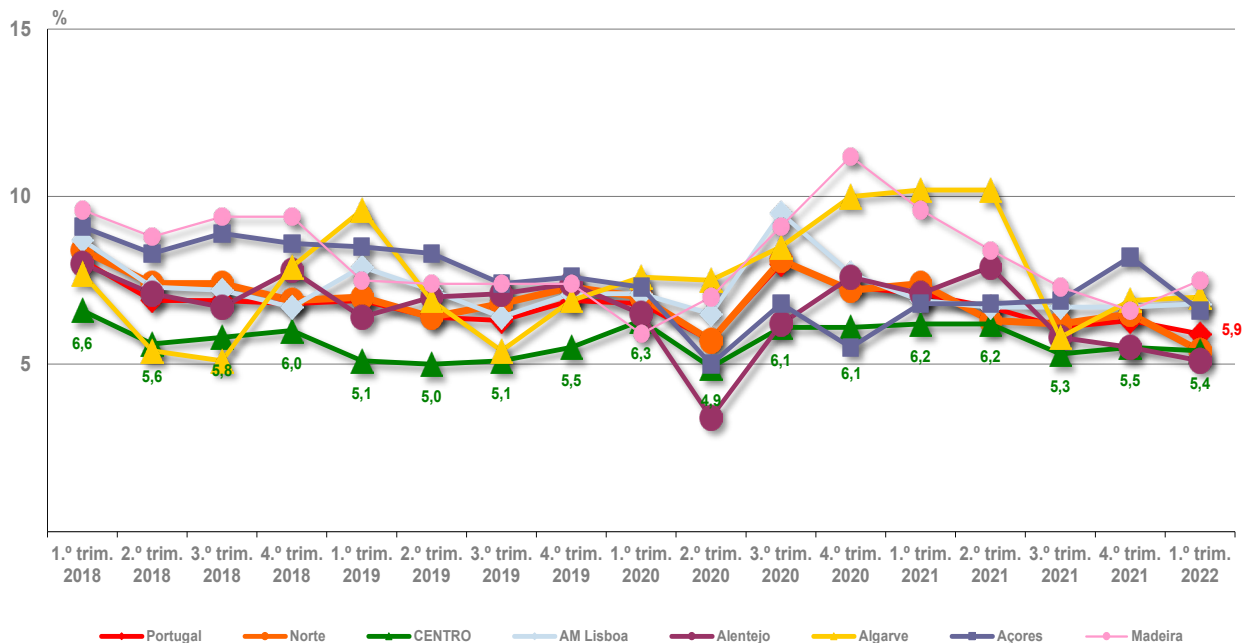
Taxa de desemprego entre o ano 2000 e o primeiro trimestre de 2022



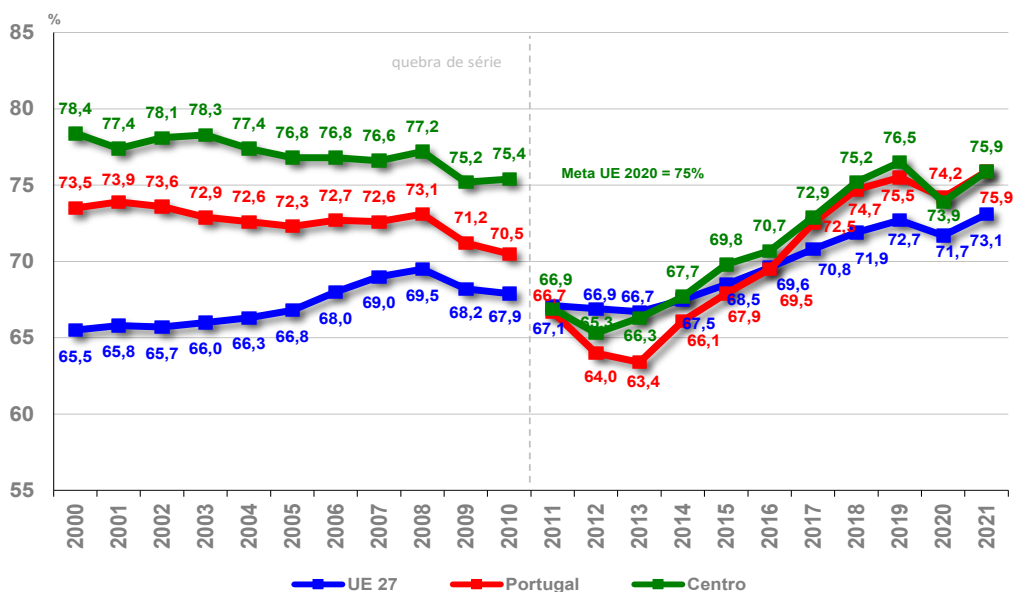
Taxa de desemprego na Região Centro (PT=100) entre o ano 2000 e o primeiro trimestre de 2022



Taxa de desemprego trimestral por regiões NUTS II entre o primeiro trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2022



Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2000 e 2021



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego, 1.º trimestre de 2022		Taxa de desemprego, 2021			Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2021 (%)
	%	% média nacional	%	% média nacional	% média europeia	
UE 27	x	-	7,0	-	100,0	73,1
Portugal	5,9	100,0	6,6	100,0	94,3	75,9
Norte	5,4	91,5	6,6	100,0	94,3	75,5
CENTRO	5,4	91,5	5,8	87,9	82,9	75,9
AM Lisboa	6,8	115,3	6,8	103,0	97,1	77,5
Alentejo	5,1	86,4	6,6	100,0	94,3	76,3
Algarve	7,0	118,6	8,2	124,2	117,1	76,5
Açores	6,6	111,9	7,2	109,1	102,9	69,1
Madeira	7,5	127,1	7,9	119,7	112,9	70,5

x - Dado não disponível

No primeiro trimestre de 2021, a taxa de desemprego da Região Centro cifrou-se nos 5,4%, comparando com 5,5% no trimestre anterior e 6,2% no trimestre homólogo. A taxa de desemprego regional permanecia abaixo da média nacional de 5,9%, representando 91,5% do valor de Portugal. Neste trimestre, o Alentejo era a região portuguesa com a taxa de desemprego mais baixa, seguindo-se a Região Centro juntamente com o Norte.

Em termos anuais, em 2021, a taxa de desemprego regional foi de 5,8%, correspondendo a 87,9% da média nacional e a 82,9% da média europeia. O Centro manteve-se como a região com a taxa de desemprego mais baixa do país. A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro, em 2021, fixou-se nos 75,9%, igualando a média nacional e superando a média europeia (73,1%). Este valor posicionava a Região Centro acima da meta europeia de 75,0% estabelecida para o ano de 2020.

Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2022) e Eurostat (dados anuais extraídos pela CCDRC em maio de 2022).

Notas:

- 1) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.
- 2) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).
- 3) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

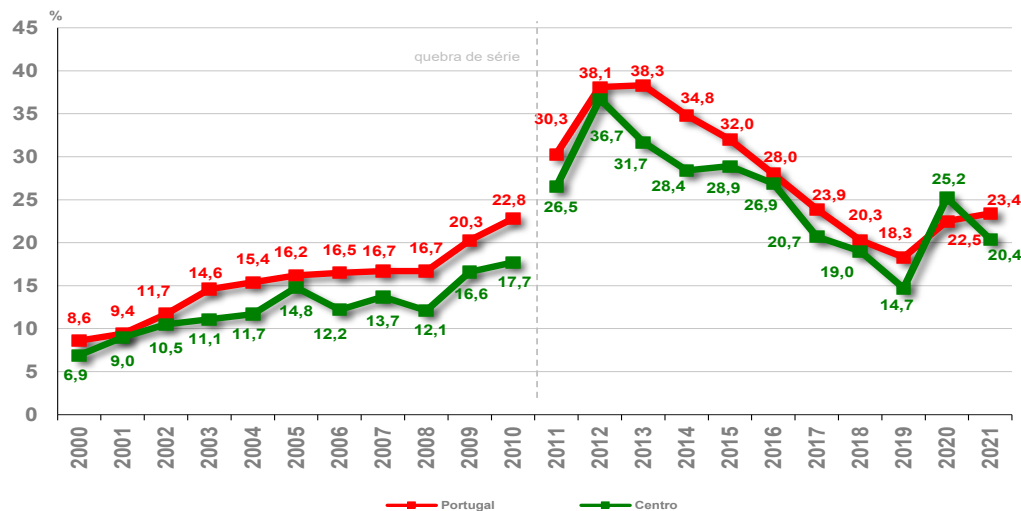
Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100

Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado).

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

Taxa de desemprego jovem na Região Centro e em Portugal entre 2000 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Taxa de desemprego jovem, 2021

	%	% média nacional	% média europeia
UE 27	16,6	-	100,0
Portugal	23,4	100,0	141,0
Norte	23,3	99,6	140,4
CENTRO	20,4	87,2	122,9
AM Lisboa	26,3	112,4	158,4
Alentejo	21,7	92,7	130,7
Algarve	22,8	97,4	137,3
Açores	19,5	83,3	117,5
Madeira	31,0	132,5	186,7

Em 2021, na Região Centro, a taxa de desemprego jovem foi de 20,4%, traduzindo uma diminuição de 4,8 pontos percentuais face a 2020 e voltando a ser inferior à média nacional (que foi de 23,4%). Comparativamente com as restantes regiões portuguesas, o Centro apresentou o segundo melhor desempenho neste indicador, após a Região Autónoma dos Açores. No que respeita à comparação com os 27 países da União Europeia, verificou-se que a taxa de desemprego jovem se encontrava acima da média europeia (de 16,6%).

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2022 e extraídos pela CCDRC em maio de 2022) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados em abril de 2022 e extraídos pela CCDRC em maio de 2022).

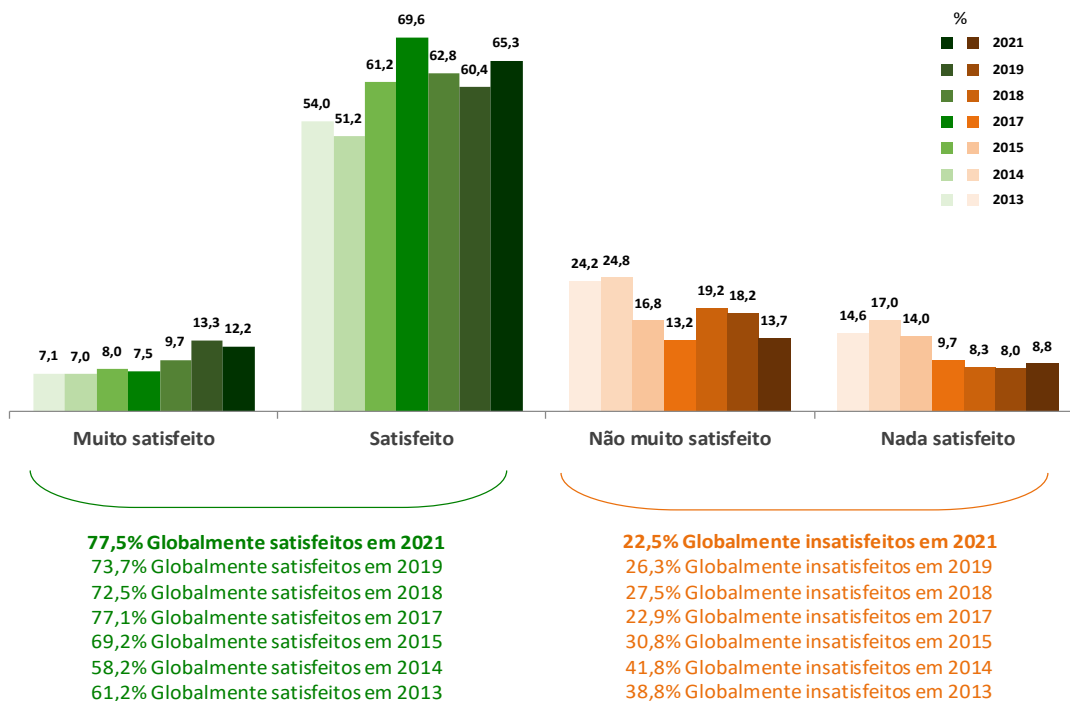
Notas:

- 1) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.
- 2) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).
- 3) Os dados europeus referem-se aos 27 países que atualmente constituem a União Europeia (não incluindo o Reino Unido, que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

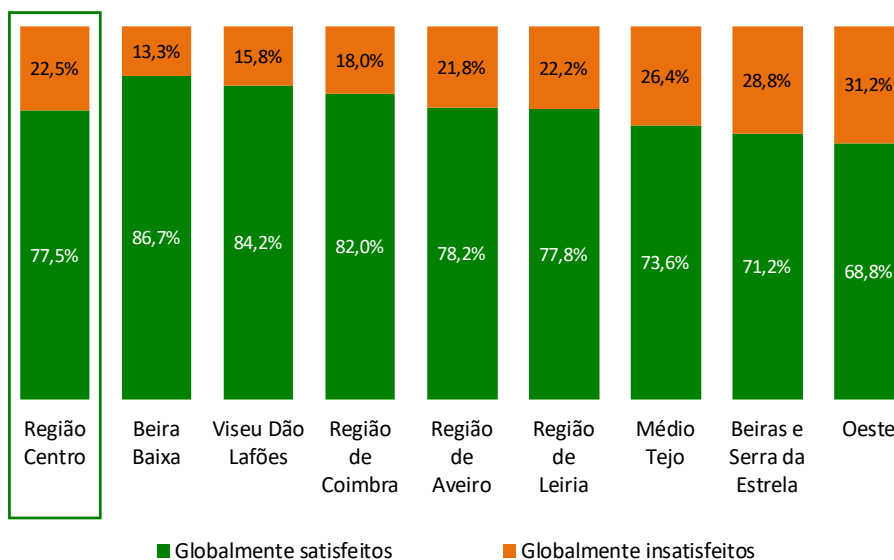
Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 16 aos 24 anos/População ativa dos 16 aos 24 anos x 100

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

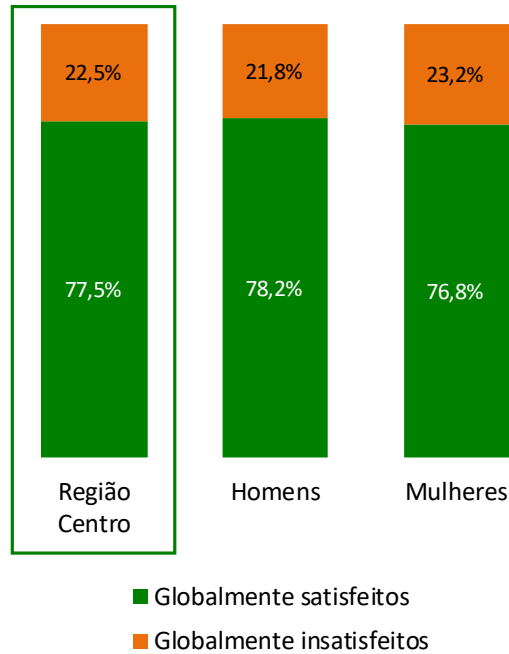
Resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro Grau de satisfação dos residentes na Região Centro



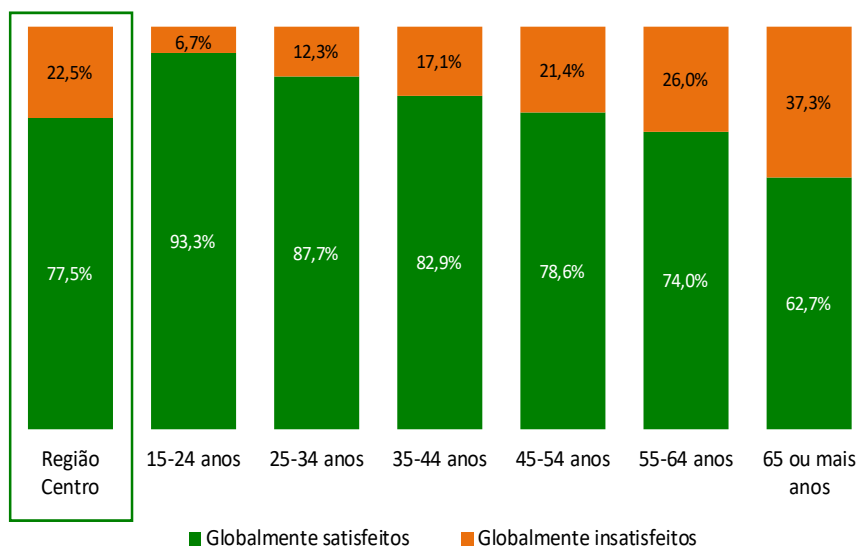
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sub-região/comunidade intermunicipal de residência em 2021



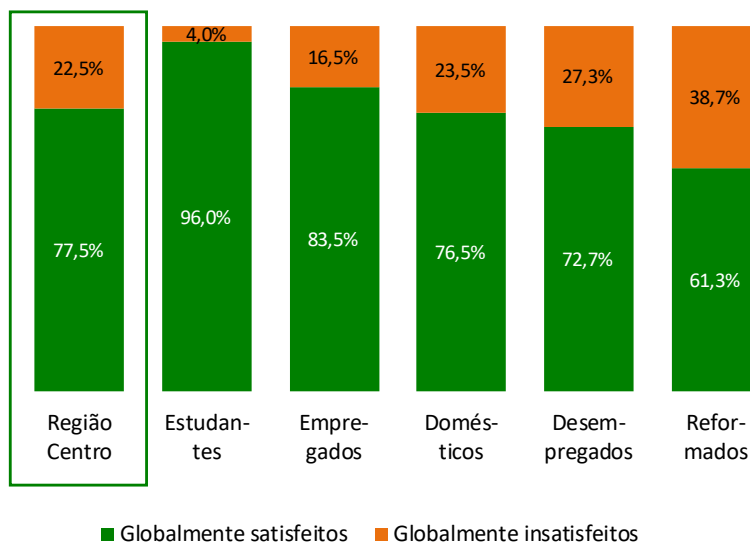
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sexo em 2021



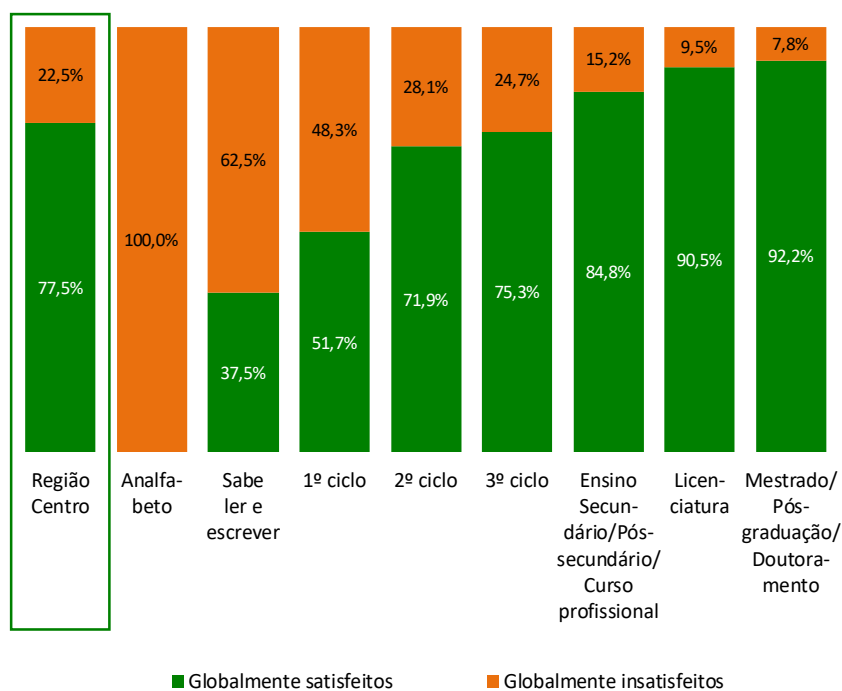
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por escalão etário em 2021



Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por condição perante o trabalho em 2021



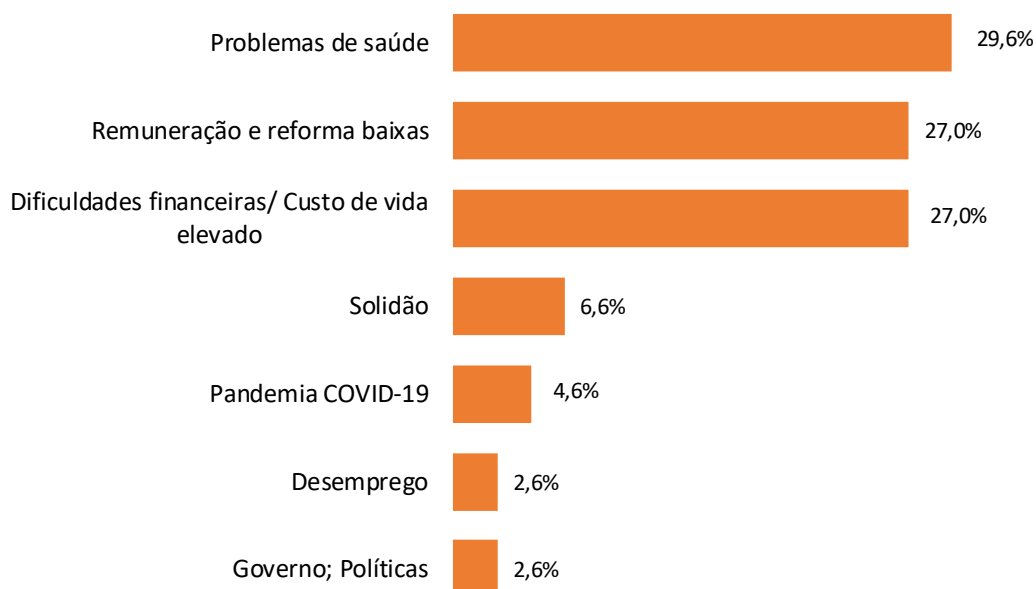
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por nível de escolaridade em 2021



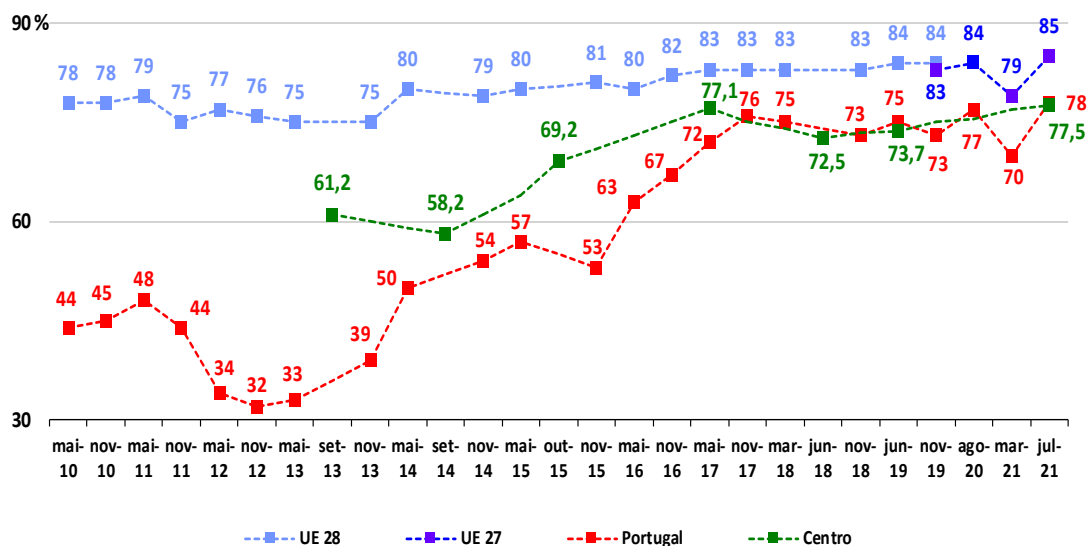
Distribuição dos principais motivos de satisfação dos inquiridos em 2021



Distribuição dos principais motivos de insatisfação dos inquiridos em 2021



Percentagem de residentes globalmente satisfeitos entre 2010 e 2021



Nota: Os dados da União Europeia referentes a 27 países não incluem o Reino Unido (que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Grau de satisfação dos residentes

	Indicador médio de satisfação		Muito satisfeito (1)		Satisfeito (2)		Não muito satisfeito (3)		Nada satisfeito (4)	
	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019	2021	2019
	Pontos (1 a 4)		%							
UE 27	3,05	3,02	23,0	22,0	62,0	61,0	12,0	14,0	3,0	3,0
Portugal	2,79	2,74	3,0	5,0	75,0	68,0	20,0	23,0	2,0	4,0
CENTRO	2,81	2,79	12,2	13,3	65,3	60,4	13,7	18,2	8,8	8,0
Beira Baixa	2,97	2,70	13,3	6,7	73,3	66,7	10,0	16,7	3,3	10,0
Beiras e Serra da Estrela	2,71	2,58	13,5	7,7	57,7	55,8	15,4	23,1	13,5	13,5
Médio Tejo	2,83	2,79	15,1	15,1	58,5	58,5	20,8	17,0	5,7	9,4
Oeste	2,57	2,77	5,2	13,0	63,6	61,0	14,3	15,6	16,9	10,4
Região de Aveiro	2,83	2,88	14,1	11,5	64,1	67,9	12,8	17,9	9,0	2,6
Região de Coimbra	2,86	2,87	10,0	16,0	72,0	62,0	12,0	15,0	6,0	7,0
Região de Leiria	2,81	2,90	12,7	17,5	65,1	60,3	12,7	17,5	9,5	4,8
Viseu Dão Lafões	2,98	2,67	17,5	14,0	66,7	49,1	12,3	26,3	3,5	10,5

Em 2021, segundo os resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro, realizado pela CCDRC, 77,5% consideraram-se globalmente satisfeitos. Dos inquiridos, 12,2% responderam estar “muito satisfeitos”, 65,3% “satisfeitos”, 13,7% “não muito satisfeitos” e 8,8% “nada satisfeitos” com a sua vida. Face aos anos anteriores, destaca-se o significativo acréscimo da percentagem de inquiridos globalmente satisfeitos, que resultou do aumento expressivo da quota dos “satisfeitos” e do decréscimo significativo da quota dos “não muito satisfeitos”. Estes são os melhores resultados das sete edições deste inquérito já realizadas. Comparando estes resultados com os da última vaga disponível do Eurobarómetro (em que a mesma questão foi também inquirida), verificamos que os residentes na Região Centro continuam menos satisfeitos do que a média dos cidadãos europeus, mas voltaram a estar mais satisfeitos do que a média dos cidadãos portugueses (apesar de ter existido alguma aproximação). As temáticas da saúde e do emprego continuam a constar dos principais motivos, tanto de satisfação, como de insatisfação, referidos pelos inquiridos. Nesta vaga do inquérito, a qualidade de vida manteve-se como o principal motivo de satisfação e as questões de saúde como o de insatisfação. De destacar ainda, nesta inquirição de 2021, dois motivos de insatisfação inéditos face às vagas anteriores: a pandemia COVID-19 e a solidão.

Fonte: CCDRC, Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro; Comissão Europeia, Eurobarómetro standard.

Notas:

- 1) A amostra do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro de 2021 foi de 510 entrevistas, com um erro de 4,34 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%. Foi utilizado o método de amostragem por quotas para garantir a representatividade para o total da NUTS II Centro em termos de distribuição geográfica (comunidade intermunicipal e municípios), mas também ao nível das características dos indivíduos (dimensão populacional dos lugares, género, escalão etário, telefone fixo/telemóvel e situação perante o trabalho). A amostra foi distribuída de forma proporcional à população com 15 ou mais anos de idade, verificando-se uma exceção ao nível da distribuição por Comunidade Intermunicipal, dado que foi definido um número mínimo de 30 entrevistas válidas por comunidade. O trabalho de campo decorreu entre os dias 5 e 21 de julho de 2021, tendo sido utilizada a técnica de recolha por entrevista telefónica.
- 2) No quadro, os valores de 2021 de Portugal e da UE 27 referem-se à 95.ª vaga do Eurobarómetro (junho/julho de 2021) e os da Região Centro à 7.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (julho de 2021). Já os valores de 2019 respeitantes a Portugal e à UE 27 referem-se à 92.ª vaga do Eurobarómetro (novembro de 2019); os valores da Região Centro reportam à 6.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (junho de 2019).
- 3) A 1.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro decorreu em setembro de 2013, a 2.ª vaga em outubro de 2014, a 3.ª vaga em outubro de 2015, a 4.ª vaga em maio de 2017, a 5.ª vaga em junho de 2018, a 6.ª vaga em junho de 2019 e a 7.ª vaga em julho de 2021.
- 4) Em 2020, não foi realizado o inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro devido às circunstâncias provocadas pela pandemia COVID-19, nomeadamente a possível perturbação na obtenção da informação e na análise dos seus resultados.

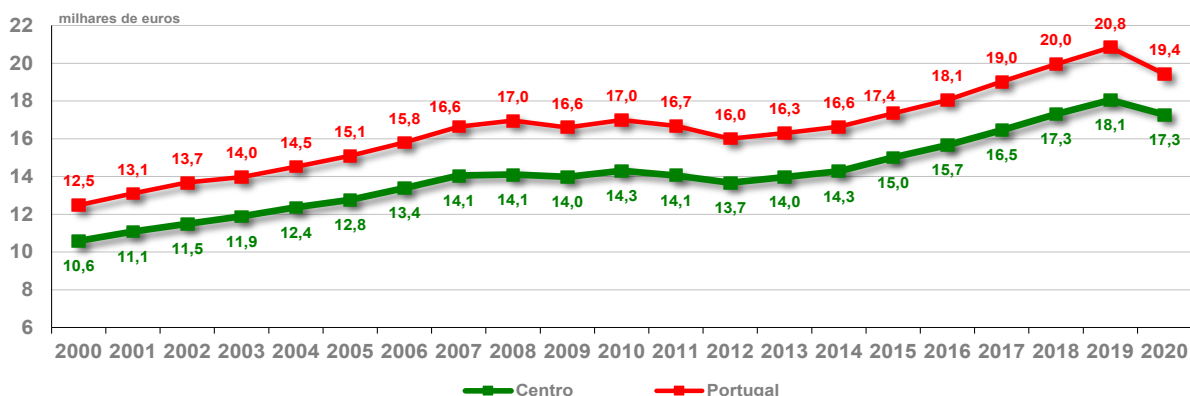
Globalmente satisfeitos: Inquiridos que respondem estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a vida que levam.

Globalmente insatisfeitos: Inquiridos que respondem estar “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a vida que levam.

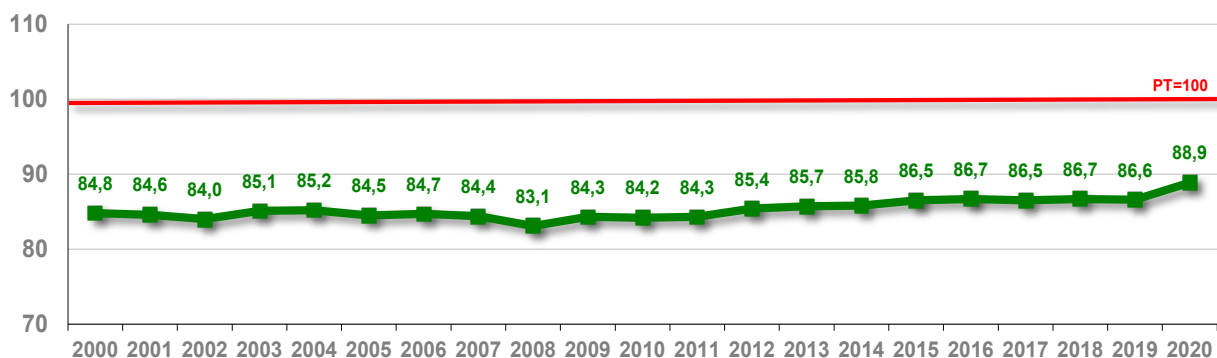
Indicador médio de satisfação = $[4x(\text{número de inquiridos “muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 3x(\text{número de inquiridos “satisfeitos” com a vida que levam}) + 2x(\text{número de inquiridos “não muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 1x(\text{número de inquiridos “nada satisfeitos” com a vida que levam})] / \text{número total de inquiridos}$

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

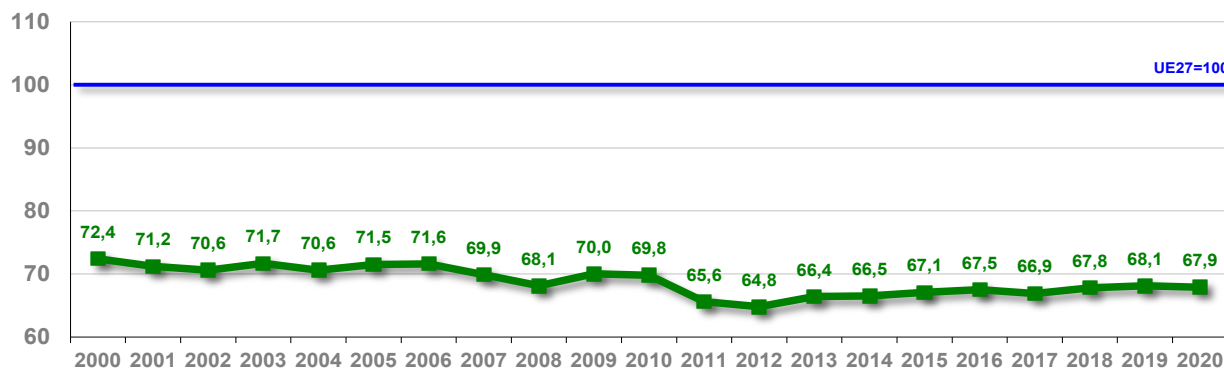
Produto interno bruto por habitante entre 2000 e 2020



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2020



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (UE 27=100) em paridades de poder de compra entre 2000 e 2020



Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro entre 2000 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	PIB por habitante, 2020		
	euros	PT=100	UE27=100
Portugal	19.431	100,0	76,4
Norte	16.895	86,9	66,4
CENTRO	17.275	88,9	67,9
AM Lisboa	24.922	128,3	98,0
Alentejo	17.724	91,2	69,7
Algarve	19.867	102,2	78,1
Açores	17.121	88,1	67,3
Madeira	17.560	90,4	69,0

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da Região Centro cifrava-se nos 17.275 euros, menos 780 euros do que em 2019. Este valor representava 88,9% da média do país, tendo convergido para o valor nacional (já que aumentou 2,3 pontos percentuais face ao ano anterior). No entanto, o Centro mantinha-se como uma das regiões portuguesas com menor PIB por habitante (apenas a Região Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentavam pior desempenho). Na comparação europeia, o PIB por habitante do Centro correspondia a 67,9% do valor do conjunto dos 27 países da União Europeia, tendo piorado ligeiramente face ao ano anterior (68,1%).

As assimetrias territoriais entre as NUTS III da Região Centro, medidas pelo desvio-padrão do PIB por habitante, diminuíram em 2020. A disparidade sub-regional do PIB por habitante atingia a sua expressão máxima na comparação da Região de Leiria (19.650 euros por habitante) com as Beiras e Serra da Estrela (14.025 euros por habitante).

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2019 e provisórios de 2020, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021).

Notas:

- 1) Os dados das Contas Nacionais Portuguesas encontram-se apurados na base 2016 e têm como manual metodológico de referência o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010).
- 2) Os dados para o cálculo da disparidade face à média europeia encontram-se avaliados em paridades de poder de compra. Os restantes indicadores encontram-se avaliados a preços correntes.
- 3) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).

Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente

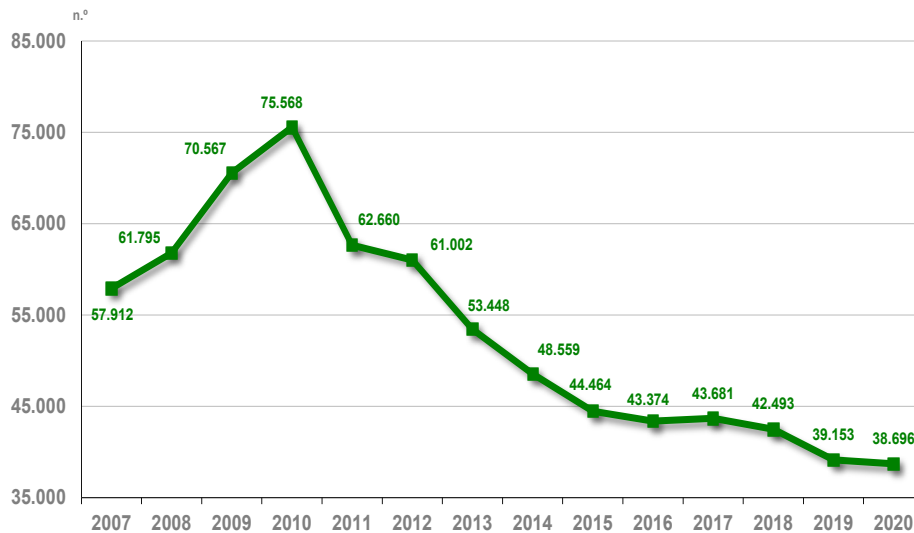
Dispersão inter-regional do PIB por habitante: Medido pelo desvio-padrão do PIB por habitante registado em cada ano nas NUTS III da Região Centro (NUTS 2013).

Desvio-padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio-padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

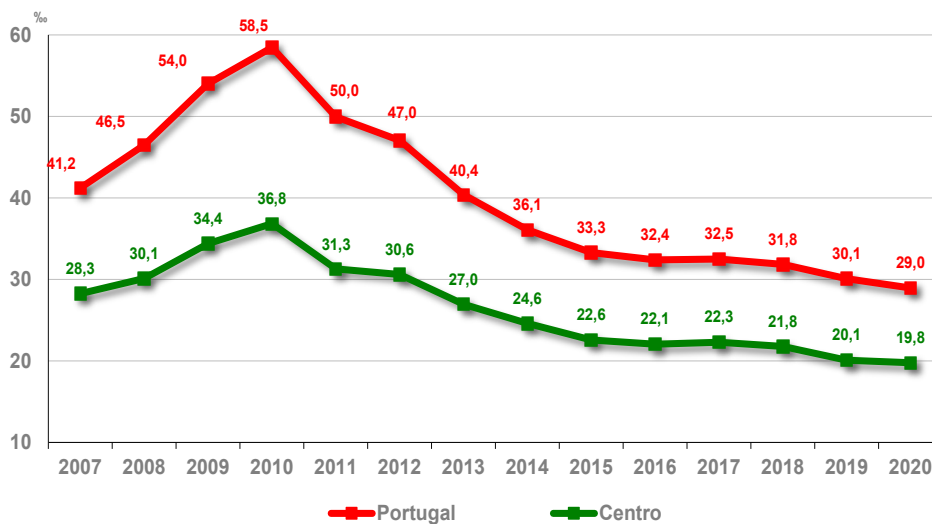
PIB – Produto Interno Bruto

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

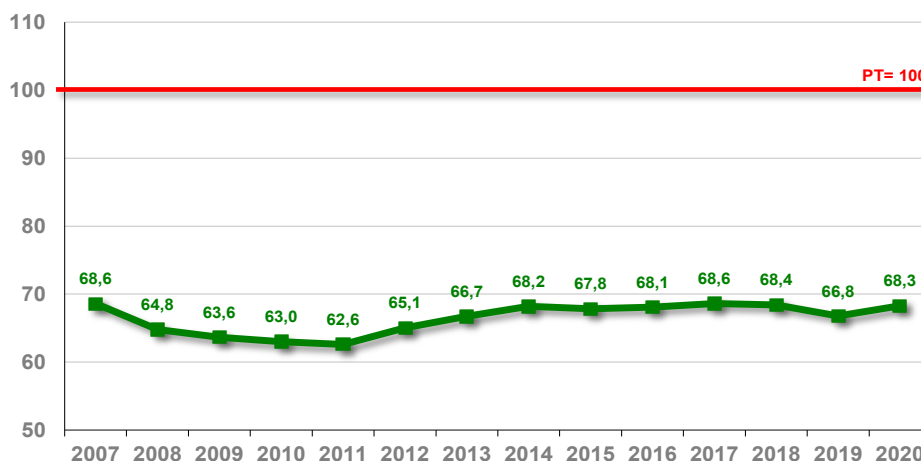
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro entre 2007 e 2020



Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa entre 2007 e 2020



Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa na Região Centro (PT=100) entre 2007 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	Beneficiários do RSI, 2020		Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2020
	n.º	%	
Portugal	257.939	29,0	100,0
Norte	96.354	30,9	106,5
CENTRO	38.696	19,8	68,3
AM Lisboa	69.767	28,9	99,9
Alentejo	18.471	30,0	103,7
Algarve	8.829	23,7	81,8
Açores	18.544	90,2	311,4
Madeira	7.060	31,9	110,2

Em 2020, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), na Região Centro, diminuíram para cerca de 38,7 mil, o mínimo registado desde 2007, representando 15,0% do total nacional. Este valor correspondia a 19,8 beneficiários por cada 1.000 habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos), sendo também o valor regional mais baixo desde o início da série e o menor entre as sete regiões portuguesas. A região mantinha, assim, o seu posicionamento favorável abaixo da média nacional, apesar desse distanciamento ter diminuído em 2020.

Fonte: INE/Instituto de Informática, I.P. (dados anuais, disponibilizados em setembro e extraídos pela CCDRC em outubro de 2021).

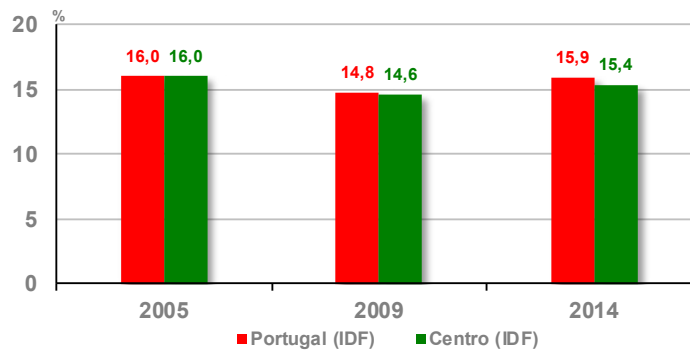
Notas:

1) O total de Portugal inclui beneficiários do RSI com residência não determinada.

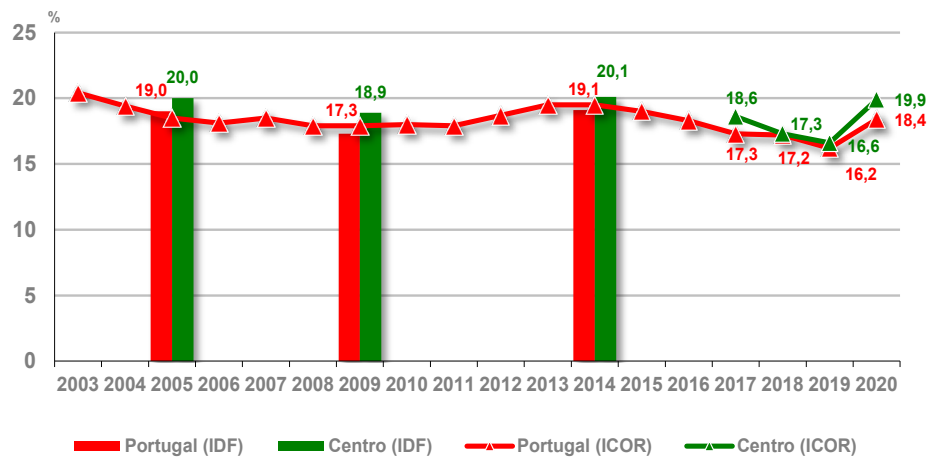
2) Nos anos de 2013 e 2014, a atualização dos dados de acordo com o código da divisão administrativa, que decorre das Leis n.º 61/2012 de 5 de dezembro, n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, não se encontra completa.

Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa = Beneficiários do RSI/População média residente com mais de 15 anos x 100
RSI – Rendimento Social de Inserção

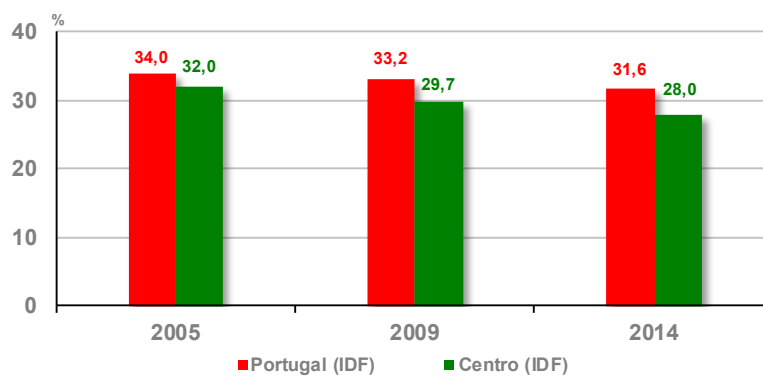
Taxa de risco de pobreza (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



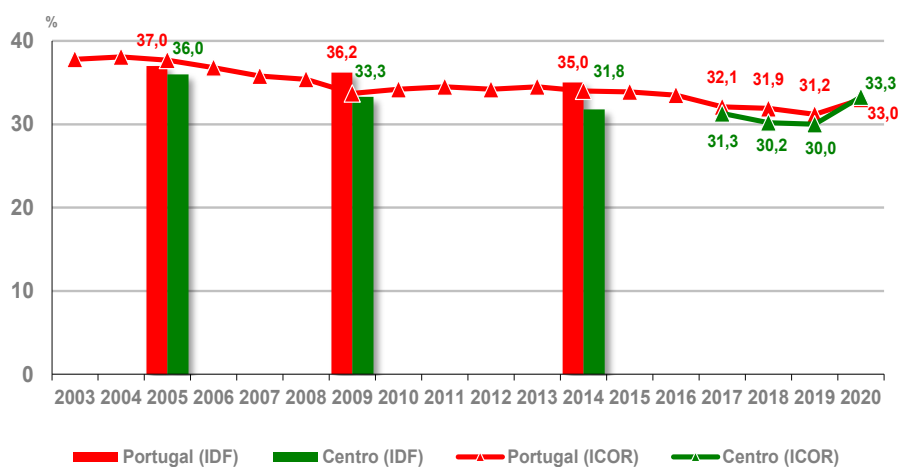
Taxa de risco de pobreza (rendimento monetário)



Coeficiente de Gini (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



Coeficiente de Gini (rendimento monetário)



Inquérito às Condições de Vida das Famílias (ICOR)

Rendimento monetário líquido equivalente, 2020

	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Desigualdade na distribuição de rendimentos - S80/S20 (%)
Portugal	18,4	33,0	5,7
Norte	21,1	31,5	5,4
CENTRO	19,9	33,3	5,6
AM Lisboa	12,8	32,7	5,6
Alentejo	17,1	30,8	5,0
Algarve	21,6	31,0	5,3
Açores	21,9	33,0	5,6
Madeira	24,2	31,1	5,1

Inquérito às Despesas das Famílias (IDF)

	Rendimento total, 2014		Rendimento monetário, 2014	
	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)
Portugal	15,9	31,6	19,1	35,0
Norte	17,7	29,8	20,1	32,1
CENTRO	15,4	28,0	20,1	31,8
AM Lisboa	12,4	33,9	15,4	37,8
Alentejo	15,6	28,2	18,1	31,1
Algarve	15,6	29,4	20,9	33,5
Açores	27,5	33,8	28,3	37,3
Madeira	21,6	31,7	27,8	36,2

Em 2020, o risco de pobreza aumentou, invertendo-se a tendência de diminuição dos últimos anos. Assim, em 2020, na Região Centro, a taxa de risco de pobreza situava-se nos 19,9% (comparando com 16,6%, em 2019), valor acima da média nacional de 18,4%, sendo o terceiro mais baixo das sete regiões do país, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa e ao Alentejo. Em 2014, este indicador atingia os 20,1% (também acima da média do país), tendo por base apenas os rendimentos monetários, diminuindo para os 15,4% quando se consideravam os rendimentos não monetários, que assumem uma grande relevância na atenuação das situações de pobreza e de exclusão social e têm particular importância na Região Centro.

Em 2020, também se assistiu ao aumento das desigualdades na distribuição do rendimento em todo o território nacional (contrariando a tendência de redução que se verificava ao longo do tempo), tendo o Centro sido a região portuguesa onde as desigualdades mais cresceram. Deste modo, em 2020, o coeficiente de Gini registava um valor de 33,3% (comparando com 30,0%, em 2019), colocando a região Centro na pior posição entre as sete regiões portuguesas e, pela primeira vez, acima do padrão nacional. Em 2014, este indicador cifrava-se nos 31,8% relativamente ao rendimento monetário e nos 28,0% relativamente ao rendimento total, concluindo-se, como já referido anteriormente, que os rendimentos não monetários assumiam um importante papel na diminuição da desigualdade na distribuição do rendimento. Também na distância entre o rendimento dos 20% da população com maiores recursos e o rendimento dos 20% da população com recursos mais baixos, a região viu as desigualdades aumentarem (5,6 em 2020, contra 4,7 em 2019). Contudo, neste indicador a região posicionava-se ligeiramente abaixo da média do país (de 5,7).

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016 (dados quinquenais) e Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2018-2021.

Nota: O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias realizado sobre rendimentos monetários de 2017 (ICOR 2018), foi o primeiro desta série que permitiu obter estimativas regionais.

Rendimento total: É composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário.

Rendimento monetário líquido: Inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.

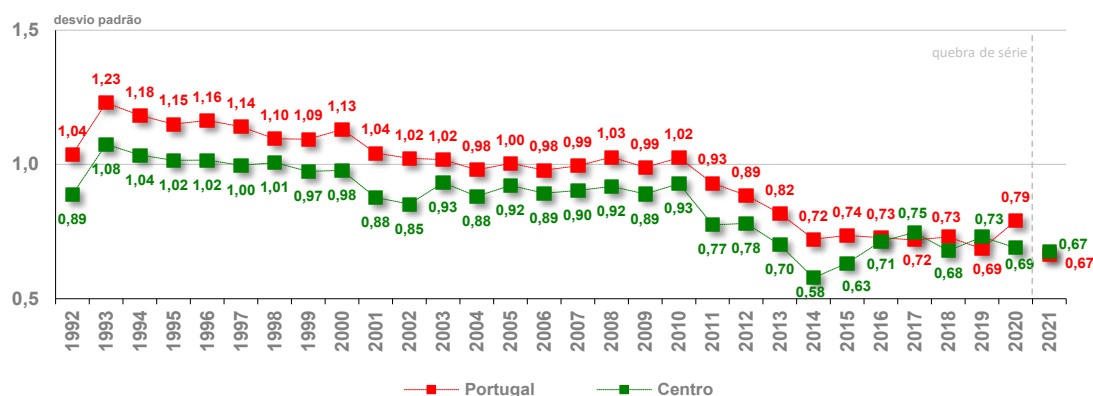
Rendimento não monetário: Coincidente com a despesa não monetária, abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

Coefficiente de Gini: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente.

Rendimento por adulto equivalente: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes". "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional entre 1992 e 2021



Posicionamento da Região Centro

Taxa de variação populacional dos municípios, 2021

	Dispersão concelhia				
	Desvio padrão	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Máximo (%)	Mínimo (%)	Média (%)
Portugal	0,67	0,00	2,80	-3,27	-0,40
Norte	0,47	-0,19	0,63	-1,61	-0,48
CENTRO	0,67	0,01	1,65	-1,66	-0,24
AM Lisboa	0,58	-0,09	0,71	-1,38	-0,22
Alentejo	0,68	0,02	0,87	-2,36	-0,67
Algarve	0,82	0,16	0,19	-3,27	-0,89
Açores	0,75	0,08	2,80	-0,57	0,09
Madeira	0,51	-0,15	0,98	-0,87	-0,15

Em 2021, a avaliar pela dispersão concelhia da variação da população, assistiu-se a uma aproximação do Centro à média nacional, posicionando-se a região marginalmente acima do valor de Portugal. Face às restantes regiões portuguesas, o Centro assumia a quarta posição na hierarquia nacional, depois do Norte, da Madeira e da Área Metropolitana de Lisboa. As assimetrias intrarregionais assumiam a sua expressão máxima na comparação entre Arruda dos Vinhos, o município cuja população mais cresceu (+1,65%), e Almeida, o município que mais população perdeu (-1,66%).

Fonte: INE, Estimativas da População Residente e Estimativas pós-censitárias da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2022).

Nota: As estimativas pós-censitárias de população residente constituem um exercício *ad hoc* de estimativas de população para os anos de 2020 e 2021 assente nos resultados provisórios dos Censos 2021. Estas estimativas serão objeto de revisão com base nos resultados definitivos dos Censos 2021, dando então início à nova série Estimativas Provisórias de População Residente. Chama-se a atenção para a não comparabilidade dos resultados destas estimativas *ad hoc* com a série de Estimativas provisórias de população residente 2011-2020.

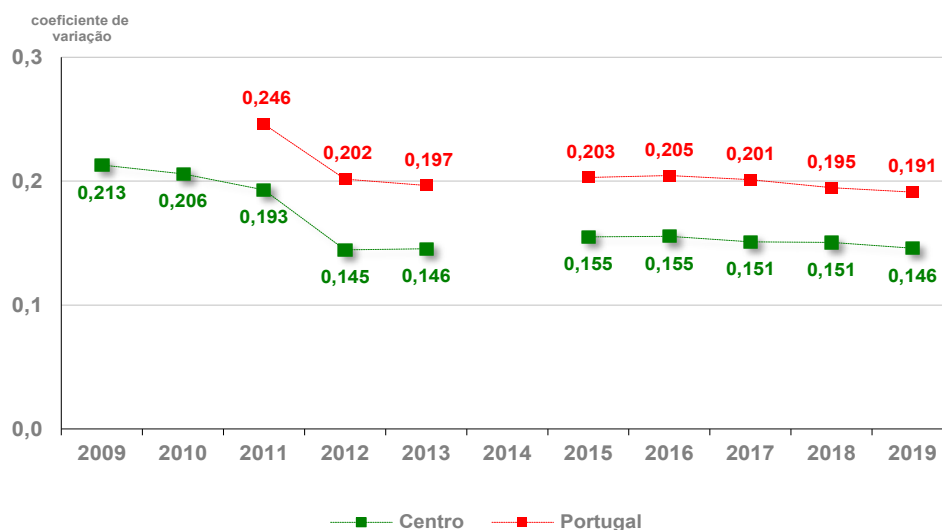
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional: Medida pelo desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios da respetiva unidade territorial.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional face à média nacional = Desvio padrão da taxa de variação populacional anual registada nos municípios da unidade territorial – Desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios do país

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0, indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

p.p. - Pontos percentuais

Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante entre 2009 e 2019



Posicionamento da Região Centro

Rendimento familiar por habitante, 2019							
Dispersão concelhia							
	Coeficiente de variação		Desvio padrão		Máximo (euros)	Mínimo (euros)	Média (euros)
	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	0,191	0,000	1 376	0,0	14 072	4 205	7 197
Norte	0,200	0,009	1 309	-66,8	11 710	4 205	6 534
CENTRO	0,146	-0,045	1 044	-332,0	11 266	5 176	7 148
AM Lisboa	0,163	-0,028	1 545	169,1	14 072	7 831	9 484
Alentejo	0,128	-0,064	953	-422,5	10 005	5 735	7 471
Algarve	0,126	-0,066	992	-383,0	10 305	6 029	7 903
Açores	0,180	-0,011	1 326	-49,3	9 430	5 124	7 365
Madeira	0,297	0,106	1 881	505,7	10 291	4 791	6 326

Na Região Centro, em 2019, a dispersão concelhia do rendimento familiar relativizado pela população residente continuou a diminuir ligeiramente, aproximando-se do valor mínimo ocorrido em 2012, traduzindo uma tendência de redução das assimetrias dentro da região. Com esta evolução, a dispersão na Região Centro permaneceu bastante abaixo dos valores registados nos primeiros anos da série e da média nacional. Relativamente às restantes regiões portuguesas, o Centro manteve-se como a terceira região com menores assimetrias intrarregionais, depois do Algarve e do Alentejo, por oposição, à Região Autónoma da Madeira (a região portuguesa onde a dispersão concelhia assumiu novamente a sua expressão máxima).

Em 2019, na Região Centro, o rendimento familiar por habitante médio aumentou para os 7.148 euros (aproximadamente mais 349 euros do que em 2018), tendo o valor máximo sido de 11.266 euros (registado no município de Coimbra) e o mínimo de 5.176 euros (ocorrido em Castro Daire).

Fonte: Dados de 2015 a 2019 – INE (dados anuais, disponibilizados em julho e extraídos pela CCDRC em agosto de 2021); Dados de 2009 a 2013 – cálculos próprios a partir de Autoridade Tributária e Aduaneira (dados recebidos anualmente pela CCDRC) e INE (dados anuais da população).

Nota: A informação relativa ao IRS liquidado, a partir de 2015, não inclui o valor relativo à sobretaxa extraordinária de IRS (em vigor de 2013 a 2017), nem os agregados fiscais com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado menor do que zero.

Rendimento familiar por habitante = (Rendimento bruto em sede de IRS – IRS liquidado)/População média residente

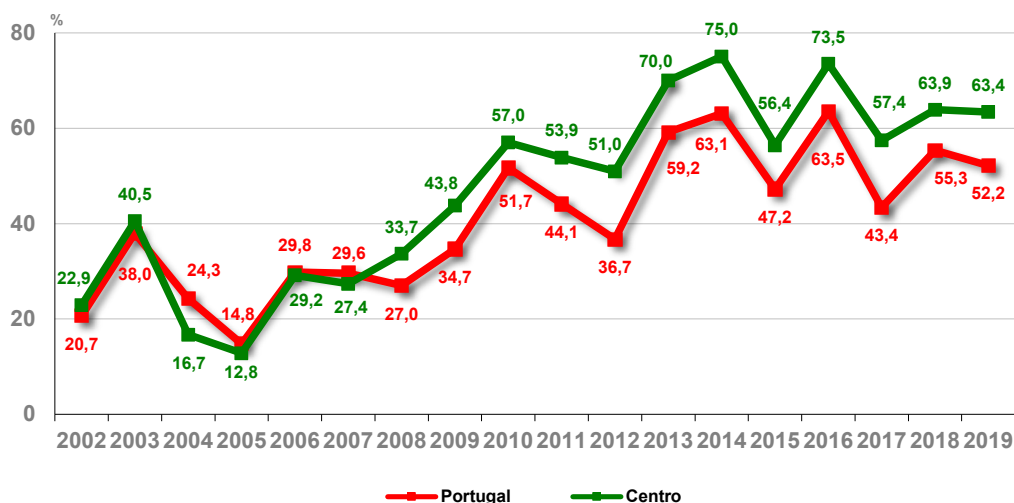
Coefficiente de variação: Medida de dispersão relativa obtida dividindo o desvio padrão pela média. Quanto maior o valor do coeficiente de variação, maior é a dispersão dos dados; quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos são os dados e menores as assimetrias regionais.

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares

p.p. – Pontos percentuais

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica entre 2002 e 2019



Posicionamento da Região Centro

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica, 2019 (%)

Portugal	52,2
Norte	90,3
CENTRO	63,4
AM Lisboa	3,7
Alentejo	35,9
Algarve	31,3
Açores	42,2
Madeira	21,4

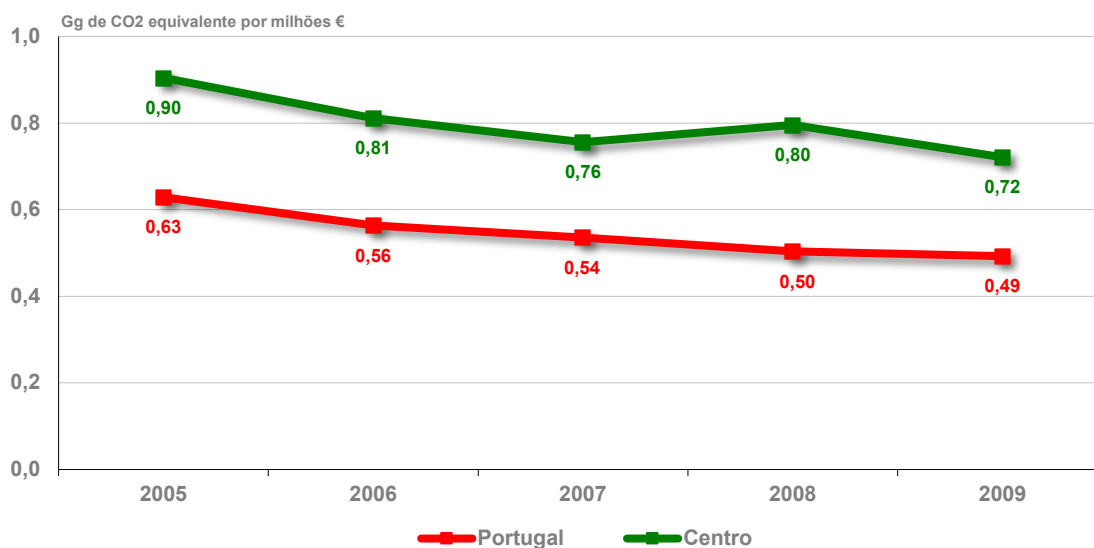
Em 2019, 63,4% da energia elétrica consumida na Região Centro foi produzida através de energias renováveis, tendo este peso no país sido de 52,2%. A ligeira diminuição da importância regional das energias renováveis face a 2018 resultou sobretudo do decréscimo observado na componente hídrica. Neste ano, a produção renovável regional distribuiu-se entre energia eólica (80,6%) e hídrica (18,1%), não tendo as restantes formas de produção renovável expressão significativa. O Centro manteve-se como a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia (a seguir à Região Norte). De facto, a Região Centro é, tendencialmente, mais produtora de energias renováveis do que consumidora. Assim, enquanto a quota regional de produção de energias renováveis se situava, em 2019, nos 32,0%, em termos de consumo de eletricidade fixava-se nos 26,4%.

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2021).

Nota: Os dados da produção de eletricidade não incluem microprodução e miniprodução.

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia = Produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica, ondas e fotovoltaica/Consumo total de eletricidade x 100

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB entre 2005 e 2009



Posicionamento da Região Centro

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB, 2009 (Gg de CO2 equivalente por milhões €)

Portugal	0,49
Norte	0,41
CENTRO	0,72
AM Lisboa	0,23
Alentejo	1,93
Algarve	0,33
Açores	0,49
Madeira	0,30

Em 2009, o peso que a emissão de gases estufa assumia no Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Região Centro era superior ao valor nacional e a todas as restantes regiões do país com exceção do Alentejo. Nos últimos anos tem-se assistido a uma tendência decrescente dos valores de gases com efeito de estufa emitidos por unidade do VAB, o que traduz alterações no paradigma energético, nomeadamente a opção por formas de energia menos intensivas em carbono.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em junho de 2013 à CCDRC).

Nota: Os coeficientes para o cálculo do agregado em CO2 equivalente são os definidos pelo IPPC 1995 (Intergovernmental Panel on Climate Change) e exprimem o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada do gás em causa, relativamente a uma tonelada de CO2, para um período de vida de 100 anos: equivalente CO2 = 1 tonelada de CO2; equivalente N2O = 310 toneladas de CO2; equivalente CH4 = 21 toneladas de CO2.

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB = Emissão de gases com efeito de estufa (CO2, CH4 e N2O)/VAB x 100

VAB – Valor Acrescentado Bruto

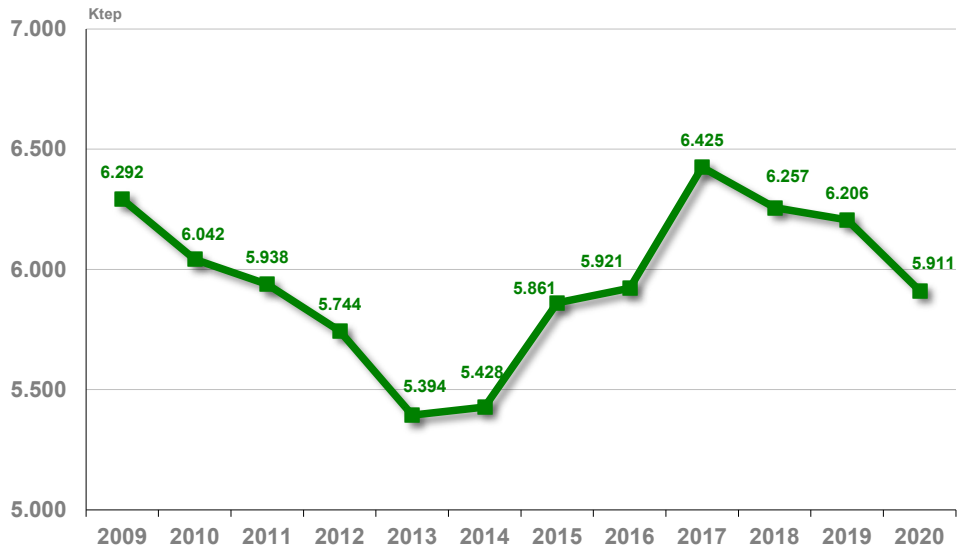
Gg – Gigagramas

CO2 – Dióxido de carbono

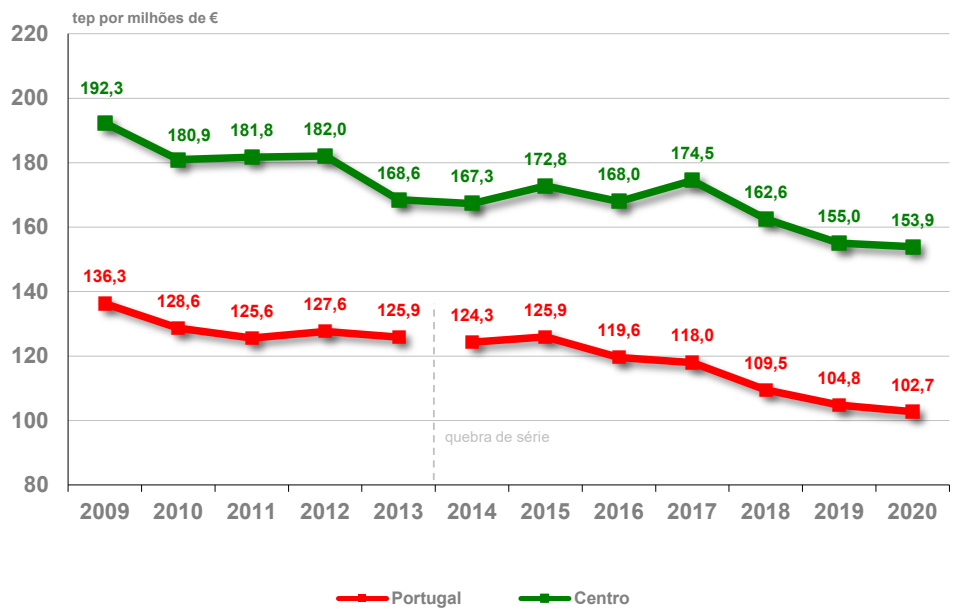
CH4 – Metano

N2O – Óxido nitroso

Consumo de energia primária na Região Centro entre 2009 e 2020



Consumo de energia primária no PIB entre 2009 e 2020



Posicionamento da Região Centro

	Consumo de energia primária, 2020 (ktep)	Consumo de energia primária no PIB, 2020 (tep por milhões de €)
Portugal	20.558	102,7
Norte	4.822	79,9
CENTRO	5.911	153,9
AM Lisboa	3.581	50,1
Alentejo	3.682	295,9
Algarve	595	68,3
Açores	312	75,0
Madeira	318	71,2

Na Região Centro, em 2020, o consumo de energia primária diminuiu para os 5,9 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, registando-se uma redução de 4,7% face a 2019. Este decréscimo foi justificado, em grande medida, pela redução no consumo dos produtos derivados do petróleo, provocado pelos efeitos da pandemia por COVID-19. O Centro era a região com os consumos mais elevados de energia primária, concentrando 28,8% do valor nacional.

Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), verificava-se que, na Região Centro, era necessário consumir mais energia primária para produzir riqueza do que, em termos médios, no país. No entanto, tem-se observado uma diminuição dessa intensidade energética na região, sendo o valor atual, o mais baixo desde 2009.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, Balanços Energéticos (dados anuais não publicados recebidos pela CCDRC em junho de 2022; informação disponível a 18 de novembro de 2021) e INE (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2020).

Notas:

- 1) Os dados de 2020 do consumo de energia primária e do PIB são provisórios.
- 2) A partir de 2014 os valores do consumo de energia primária de Portugal integram a energia renovável produzida pelas bombas de calor, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior.
- 3) Os valores do consumo de energia primária das regiões do Continente excluem, por impossibilidade da sua desagregação regional, a biomassa, os resíduos renováveis e não renováveis para a produção de calor; a energia renovável proveniente do solar térmico e a energia renovável produzida pelas bombas de calor. Por este motivo, o total de Portugal não coincide com a soma das regiões.
- 4) Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhece-se a redistribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.

Consumo de energia primária: toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas energéticas. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Tep - tonelada equivalente de petróleo

PIB – Produto Interno Bruto



comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro

Cofinanciado por:

